

Prof. Marcos Coimbra

BRASIL SOBERANO

Não é o
original



OBSERVAÇÃO

Este documento é apenas uma cópia de todos os artigos da página Brasil Soberano do Prof Marcos Coimbra, serve para substituir a ausência do livro original "BRASIL SOBERANO", pois o mesmo era um conjunto de todos os artigos do Prof Marcos Coimbra.

SUMÁRIO

1) Ombro a Ombro

1. A luta continua
2. O recado foi claro
3. O Sistema e o Referendo
4. Acórdão: vergonha nacional
5. Hora da decisão

2) Monitor Mercantil - Parte 1

1. Lenientes e Cruéis
2. Reforma da Previdência e Suas Falácias
3. A Quem Interessa esta Reforma da Previdência
4. Desarmamento e Sua Face Oculta
5. A Quem Interessa Um Brasil Dividido

3) Vila em Foco

1. Contrato Social Desrespeitado
2. O Foro de São Paulo e o Brasil
3. Recrudescimento do Massacre dos Aposentados
4. Receita Bolivariana
5. Em Busca do Desenvolvimento Nacional
6. O Brasil e a Educação

4) Monitor Mercantil - Parte 2

1. Em Busca da Solução
2. Caos no Caos do Rio De Janeiro
3. Ausência de Legitimidade e Autoridade
4. Algumas Vulnerabilidades Brasileiras
5. Ensino não é Educação
6. Eternos Malignos

5) Momento Mundial

1. Momento Brasileiro
2. A Amazônia e a Cobiça Internacional

RESUMO DE CURRICULUM VITAE: MARCOS COIMBRA

Formações e Experiências

- 1 - Bacharel em Ciências Econômicas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 1969;
- 2 - Pós-Graduação – Administração Educacional – Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) – 1979;
- 3 - Superior de Guerra – Escola Superior de Guerra (ESG) – 1981;
- 4 - Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) – 1986;
- 5 - Diretor do Curso de Economia do Centro Universitário Bennett – 1979/83;
- 6 - Membro do Corpo Permanente da ESG, de 1982 a 1994, e Chefe da Divisão de Assuntos Econômicos, de 1986 a 1994;
- 7- Chefe do Departamento de Teoria Econômica (Bennett), em 1983 e Chefe do Departamento de Análise Quantitativa (UERJ), de 1993 a 1995;
- 8- Professor de Economia e Conferencista : SESAT, Universidades Gama Filho , Estácio de Sá, Moraes Júnior, Banco do Brasil, ECEMAR, ECEME, IME, PETROBRAS, ESG, ADESG, Clube Militar e outras;
- 9- Professor aposentado de Economia na UERJ (de 1977 até set/2002);
- 10- Consultor Especial para Assuntos Parlamentares – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) -(de 1995 até jan/2003);
- 11- Conselheiro Federal do Grande Oriente do Brasil (de 1994 até junho de 2003);
- 12 – Perito Econômico da ESG, de 1994 até 1999;
- 13- Editor de Economia no "Ombro a Ombro (de 1979 até dez/2005) e Editor de Economia no jornal "Esquadro"(de 1994 até junho de 2003);
- 14- Professor de Economia Empresarial no MBA de Administração Econômico-Financeira do FUNCEFET-RJ (de 2002 até 2005);
- 15- Professor Titular de Economia da Universidade Candido Mendes (de ago/1971 até fev/2006);
- 16 - Assessor Chefe de Gabinete da Líder do PRONA na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de jan/2005 a jan/2007.
- 17 - Suplente do Conselho Fiscal da Cia. Vale do Rio Doce-(Abr/2006 a Abr 2009);
- 18 - Conselheiro da ESG – dez/1994;
- 19- Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados -BR-DF-(Fev/07 a Out.10);
- 20- Acadêmico Titular da Academia Nacional de Economia (Out/2010 a Dez/2013- Cátedra José Bonifácio de Andrada e Silva;
- 21- Articulista no Jornal "Monitor Mercantil de 2012 até dez/2018;
- 22- Assessor especial da Presidência da ADESG – jan/2016/dez/2017.

Atividades Atuais:

- · Articulista no jornal "Vila em Foco";
- · Membro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES);
- · Vice-Presidente de Desenvolvimento da AAPBB (Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil) – jan/2016;
- · Membro da Academia Paranaense de Letras Maçônicas;

- · Acadêmico Fundador da Academia Brasileira de Defesa (ABD) – Cátedra Tiradentes;
- · Autor do livro Brasil Soberano, lançado em mar/2009;
- · Membro Correspondente do INCAER – nov/2012;
- · Responsável pela página Brasil Soberano – www.brasilsoberano.com.br

Medalhas e Condecorações:

- · Mérito Cordeiro de Farias – ESG/EMFA – 1987;
- · Ordem do Mérito das Forças Armadas – EMFA – 1988;
- · Medalha do Pacificador – Exército Brasileiro – 1988;
- · Mérito Militar – Exército Brasileiro – 1989;
- · Mérito Adesguiano – ADESG – 1991;
- · Mérito Aeronáutico – FAB – 1994;
- · Benemérito da Maçonaria Catarinense – Maio /99;
- · Grande Benemérito do Grande Oriente do Brasil – Setembro/02.
- · Cruz da Perfeição Maçônica –GOB- jun/2012
- · Medalha do Mérito Maçônico e Comenda do Mérito Maçônico Lauro Sodré – Loja Lauro Sodré - Maio de 2013;
- · Medalha do Mérito Maçônico Ouro do Grande Conselho Kadosh Filosófico do Rito Moderno –Rio de Janeiro – Junho de 2014.
- · Comenda da Ordem do Mérito Dom Pedro I – Grande Oriente do Brasil – junho de 2022.

Em 29.06.2022

Marcos Coimbra, Prof.

1. Ombro a Ombro

A LUTA CONTINUA

Artigo publicado em 01/12/05 no Ombro a Ombro

Com a decisão dos atuais proprietários do jornal Ombro a Ombro de encerrar sua circulação no presente mês, este é o último artigo que escrevemos neste periódico. Acompanhamos a inauguração deste jornal, desde seu início, quando nosso amigo Pedro ainda discutia qual o título ideal. Quase foi “Cobre e Alinha”, mas acabou vencendo o presente, de fato, o mais adequado. Permanecemos assim nesta trincheira, desde o princípio até o fim. Chegamos a escrever vários artigos com pseudônimo, em comum acordo com o Pedro, devido a circunstâncias supervenientes. Este jornal foi criado com o objetivo de ser o nosso veículo de defesa dos ideais nacionalistas e dos princípios morais e éticos de nossa civilização cristã, atualmente tão agredidos e violentados, em um universo dominado pela mídia amestrada, a serviço dos “donos do mundo”. Contudo, nossa voz na se calará. Continuaremos a lutar o bom combate, em qualquer trincheira existente com propósito semelhante.

Aproveitamos a oportunidade para narrarmos fato verídico acontecido conosco na ocasião da contra-revolução de 64, prestando nosso testemunho sobre a verdade dos fatos, tão deturpada pelos vencidos de ontem, que ocupam o poder no momento.

Havíamos saído do Colégio Militar do Rio de Janeiro, quando fizemos concurso para escriturário do Banco do Brasil. Passamos, tendo sido nomeados para tomar posse em Curitiba, em dez/63. Antes de mar/64, houve uma eleição para o sindicato local, quando concorriam duas chapas. Uma declaradamente comunista, de situação, e outra de oposição. Votamos nesta última, é claro, e o voto era aberto. Tínhamos 20 anos e estávamos sós, sem qualquer apoio, residindo em uma modesta pensão.

No dia seguinte à eleição, de manhã, quando estávamos trabalhando no setor de cobrança, adentrou o recinto um “colega” de Banco, de nome Rui, com cerca de 35 anos, casado, filho de um coronel do Exército, o qual interpelou-nos agressivamente, aos berros, afirmando mais ou menos o seguinte: Você é um reacionário! V. votou contra nós na eleição de ontem! Mas V. não perde por esperar! Nós vamos fazer uma revolução no Brasil ainda este ano e os reacionários vão para o “paredão”, para serem fuzilados, como em Cuba! E já colocamos seu nome na lista para ser morto! Perplexos, nada entendemos, olhando para nosso chefe, que olhava

para outro lado, como nada tivesse acontecido. Ele também era simpatizante do “paredão”, depois soubemos. Como entrou, o “colega” saiu em sua cruzada revolucionária.

Quando o expediente terminou, perguntamos a um colega com o qual tínhamos alguma afinidade: Quem é este camarada? E ele respondeu: É um dos principais líderes do Movimento Comunista Internacional (MCI) aqui no Paraná! Indagamos então se havia algum grupo anticomunista lá, a fim de que pudéssemos, pelo menos, ter a oportunidade de morrer lutando. O colega respondeu afirmativamente, indicando seu nome e local de trabalho. De imediato, entramos em contato com ele, narrando o ocorrido. Convidou-nos então a integrar o seu grupo, de resistência democrática, todos também agraciados com o nome na “lista do paredão”.

Foi assim que passamos a lutar, na área sindical, em especial bancária, contra o MCI. Felizmente, naquela ocasião, ganhamos. Eles perderam, seqüestraram, mataram, roubaram, justiça, explodiram aeroportos, como o de Guararapes, e hoje estão no poder. Caso tivessem vencido, teríamos perecido no “paredão” comunista. E hoje eles falam que lutavam pela democracia, a partir de um “golpe militar” havido em abril/64. E que vários companheiros foram mortos, presos, torturados pela “ditadura militar”. E recebem fortunas de indenizações e pensões vitalícias, isentas até de pagamento de imposto de renda, enquanto nossas Forças Armadas estão na penúria, o país está sendo destruído, transformando-se em uma colônia, pagando centenas de bilhões de dólares de juros de “dívidas”, em especial ao longo dos últimos onze anos. As Instituições estão sendo extintas. Os pobres cada vez mais pobres. Os ricos cada vez mais ricos. A classe média está desaparecendo.

Onde estão nossos líderes? Até quando o Brasil vai resistir a esta tempestade permanente de corrupção, impunidade, entreguismo e traição à Pátria?

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor aposentado na UERJ e Conselheiro da ESG.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Sítio: www.brasilsoberano.com.br

O RECADO FOI CLARO

Artigo publicado em 01.11.2005 no jornal Ombro a Ombro.

A vitória acachapante do NÃO no referendo realizado em 23 de outubro mostra um claro recado para os atuais detentores do poder político no Brasil. Além de expressar a recusa do povo brasileiro no apregoado desarmamento do cidadão digno e de bons costumes, demonstrou a indignação dos brasileiros diante da incompetência geral da atual administração Lula (vide caso da febre aftosa), em especial na área da segurança pública e a prova de que não é mais manipulado através de “lavagens cerebrais” efetuadas pelo oligopólio dos meios de comunicação.

Foi surpresa apenas a brutal diferença verificada, de quase dois a um. Em parte, ela é explicada pelo maniqueísmo imposto desde o início, há dez anos atrás, empreendido pelos defensores do sim ao desarmamento do povo brasileiro. Conseguiram impor, através de votação simbólica no Congresso, o famigerado estatuto do desarmamento, flagrantemente inconstitucional. Várias ADINs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) foram apresentadas à Justiça, não tendo sido julgadas até hoje, sob a desculpa de que era necessário antes conhecer o resultado do referendo sobre um item dele, justamente o relativo à proibição de comercialização de armas de fogo e munição. Durante todos estes anos, grande parte da mídia, em especial a detentora da maior audiência no país, tentou “vender” a idéia para a população brasileira de que o Mal era representado pelo cidadão possuidor de arma de fogo legal e o Bem pela sua eliminação, ou seja pela proibição total. Chegaram ao cúmulo de enganar o povo, fazendo crer que o que estava em discussão era o desarmamento e não apenas a proibição.

Acontece que o feitiço virou contra o feiticeiro. Em apenas 20 dias de campanha, com 9 min ao todo por dia (metade pela tarde e a outra pela noite), a campanha da Frente pela Legítima Defesa mostrou com clareza meridiana a falsidade dos argumentos da bancada da rendição ou da covardia e o povo brasileiro provou que é inteligente, apesar de não ter o nível de educação adequado, por culpa de seus governantes. Os grandes derrotados foram: a administração Lula, o PT, o PSDB (FHC e Serra), o casal Garotinho, as organizações Globo e os “globetes”, o ministro da (in)justiça Márcio Thomaz Bastos, os “mensaleiros” João Paulo Cunha, José Dirceu, Prof. Luizinho, Marcelo Sereno, os falsos representantes das religiões, o hoplófobo senador Renan Calheiros e outros. Os vencedores: o povo brasileiro e também todos os guerreiros que lutaram, no início, com um número desfavorável de 80% a 20%, em especial os deputados

federais Alberto Fraga, Luiz Fleury e Jair Bolsonaro, quando poucos poderiam supor a reversão do quadro, diante do poder avassalador dos capitulacionistas. Afinal, havia dinheiro vindo do exterior, centenas de jornalistas e artistas na folha de pagamento dos mercenários a soldo de ONGs apátridas e a administração federal e as de vários estados engajadas contra o povo.

Agora, é preciso cuidado com os passos seguintes. Em debate realizado no dia do referendo, de noite, na GloboNews, a cientista política Lucia Hippolito declarou que, apesar do resultado adverso, haveria a possibilidade de adoção, por parte das administrações federal e estaduais, apesar do recado claro dado pelo povo contra o desarmamento do cidadão, de “medidas proibitórias”, tais como aumento elevado do IPI, do ICMS e outros sobre a compra legal de armas e munições, tornando a compra praticamente impossível de ser concretizada. Tal medida já foi tentada com insucesso, no RJ, pela (des)governadora Garotinho, tendo sido derrubada pelo Tribunal de Justiça do Estado. Contudo, revela o desespero dos nossos adversários. Urge aproveitar a vitória insofismável para iniciar imediatamente ações para revisão do estatuto do desarmamento, de proposta de novos plebiscitos ou referendos, no dia das próximas eleições, sobre redução da maioria penal, taxa absurda de juros, desnacionalização de nossas reservas de petróleo, corrupção e outras. E, por último, mas não menos importante, confirmar o repúdio à administração Lula em 2006.

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor aposentado na UERJ e Conselheiro da ESG.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Sítio: www.antares.com.br

O SISTEMA E O REFERENDO

Artigo publicado em 01.10.2005 no jornal Ombro a Ombro.

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor aposentado na UERJ e Conselheiro da ESG.

No dia 23 do corrente mês, os eleitores brasileiros serão obrigados a votar no referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no país. Infelizmente, os “donos do mundo”, ou seja, os detentores do controle do sistema financeiro internacional e nacional já decidiram qual deverá ser o resultado. Se não, vejamos. O famigerado estatuto do desarmamento foi aprovado por acordo de lideranças, sem que tivesse sido aprovado no plenário das duas Casas do Congresso. Há mais de cinco anos, quase a totalidade da mídia, comandada pelas organizações Globo, está realizando uma verdadeira “lavagem cerebral” na população, “vendendo” a idéia de que as armas de fogo são responsáveis pela violência reinante no país.

O referendo está sendo concretizado apenas para validar a proibição do cidadão honesto, digno e de bons costumes possuir meios efetivos de exercer o direito natural de legítima defesa, enquanto os autores deste verdadeiro crime circulam em carros blindados, cercados por ferozes seguranças. A iniciativa é proveniente da administração FHC, que não conseguiu aprová-la, a exemplo da taxaçoão dos inativos, verdadeiro atentado contra cláusulas pétreas da Constituição. A administração Lula, além de dar continuidade à política neoliberal de seu antecessor, está conseguindo impor aquilo que não foi aprovado anteriormente, atendendo ao comando externo, feito por intermédio de ONGs apátridas, as quais recebem vastos recursos de entidades, fundações e governos estrangeiros. Há centenas de jornalistas na folha de pagamento destas ONGs, implantando notícias a favor do desarmamento da população honesta.

O Legislativo limita-se a cumprir as ordens emanadas do Executivo. O atual presidente do Senado e o ex-presidente da Câmara, ameaçado de cassação por falta de decoro, são dois dos principais comandantes da bancada da submissão, internacionalista, entreguista, defensora da capitulação. O Judiciário é comandado por um político em campanha para a presidência da República. Existem várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) em curso, provando a ilegalidade do próprio estatuto, mas o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não as

julgou, sob a desculpa que esperaria o resultado do referendo. É uma posição, no mínimo, cômoda.

O próprio processo de formalização do referendo é suspeito, pois foi aprovado por cerca de três votos acima do mínimo exigido, por deputados acusados de receber o “mensalão”. O último orador a falar em favor do desarmamento foi o deputado João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara. A legitimidade das decisões aprovadas pela Câmara, como a reforma previdenciária, está sob forte suspeição. Ainda mais, considerando-se o “tsunami” de lama que assola a Nação. A vitória do comunista Aldo Rebelo à presidência da Câmara, com o decisivo apoio do Planalto, através de meios heterodoxos, sinaliza a realidade do “acórdão”.

A pergunta escolhida é capciosa e até a propaganda institucional do TSE induz a população a aprovar a proibição. O próprio ministro da (in)Justiça já afirmou que o objetivo da medida é desarmar o cidadão de bem, mas a propaganda direta e indireta ilude o eleitor, afirmando que a medida vai diminuir a violência. Considerando-se ainda o custo de cerca de R\$ 500 milhões para realizar agora o que poderia ser feito na eleição de 2006, além do voto eletrônico sem comprovante, que está sendo rejeitado pelos EUA, aumentam nossas preocupações.

A criada Frente pela Legítima Defesa, com mais de 140 deputados, revela-se inoperante. Onde estavam quando estes absurdos foram perpetrados? Por que nada fizeram? Mas, não desistiremos. Vamos lutar até o último instante para impedir a concretização deste verdadeiro crime de lesa-pátria.

P.S.: Solicitamos a todos nossos leitores a apoio à chapa “BRASIL ACIMA DE TUDO”, encabeçada pelo General Andrade Nery, atual vice-presidente da Associação, nas próximas eleições para a ADESG.

Sítio: www.brasilsoberano.com.br

Correio eletrônico: mcoimba@antares.com.br

ACÓRDÃO: VERGONHA NACIONAL

Artigo publicado em 01.09.2005 no jornal Ombro a Ombro.

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor aposentado na UERJ e Conselheiro da ESG.

Segundo as últimas informações veiculadas pela imprensa, tudo leva a crer que as investigações sobre o “tsunami” de corrupção presenciada, infelizmente, no país caminham para um vergonhoso acordo. Isto porque não há interesse por parte daqueles que efetivamente mandam no Brasil, os controladores do sistema financeiro, em mudanças, por menores que sejam, no “status quo”. Afinal, eles são os grandes beneficiários das conseqüências colhidas com a adoção das medidas econômicas impostas pelos “donos do mundo”, através de suas agências, como o FMI.

Assim, os demais atores simplesmente fazem jogo de cena, interpretando seus papéis. Se Lula for impedido, pela Constituição em vigor, assumirá o vice José Alencar, que representa risco de alteração na taxa de juros, na meta de superávit primário e em outras variáveis significativas econômicas, psicossociais e políticas. A solução foi introduzi-lo como cúmplice do processo ignominioso de cooptação de partidos políticos com recursos do caixa dois para constituição da aliança vencedora das eleições de 2002, verdadeiro “golpe branco”. O próximo na linha de sucessão é o deputado Severino Cavalcanti, que deveria convocar eleições em 30 dias. As outras opções são igualmente preocupantes: o senador Renan Calheiros e o ministro Nelson Jobim.

Ao PSDB interessa mais manter o atual presidente enfraquecido para retornar ao Poder em 2006. O PFL não possui lideranças carismáticas de âmbito nacional. O PMDB permanece dividido em duas facções irreconciliáveis. As Instituições Nacionais estão extremamente fragilizadas, sem condições de cumprir seus deveres constitucionais. As ligações espúrias existentes entre integrantes do Executivo e do Legislativo, com o objetivo de perpetuação no Poder, tornam suspeitas quaisquer providências a serem adotadas. Os órgãos encarregados da investigação, por parte do Executivo, são subordinados ao ministro da (in)justiça, o qual é o principal advogado dos acusados. No Legislativo, as CPMLs estão sob controle das autoridades no Poder e dos principais acusados.

O Ministério Público tenta cumprir sua missão, mas é bloqueado pelo atual Procurador-Geral, homem nomeado pelo atual presidente. O Judiciário é submetido ao comando do Supremo Tribunal Federal. Sua presidência é ocupada por um candidato em campanha para as eleições do ano vindouro. As Forças Armadas não possuem mais lideranças em condições de enfrentar a grave situação atual. A mídia está quase totalmente cooptada pelo sistema financeiro. A Universidade e os Sindicatos estão sob o controle de “pelegos” financiados pelos detentores do Poder Político do país.

Contudo, as tentativas de cassar o deputado Roberto Jefferson por falta de decoro parlamentar, em virtude de não ter conseguido provar a existência do “mensalão” (na realidade, por ter denunciado o maquiavélico esquema existente), a desqualificação dos graves ilícitos penais cometidos para meros crimes eleitorais, ignorando os fatos criminosos perpetrados e a cassação de apenas pouco mais de dez parlamentares seriamente envolvidos, para dar uma satisfação à opinião pública, podem ser atropelados pelos fatos. O povo brasileiro não é bobo, apesar de estar submetido a desqualificados sistemas de educação, ensino e comunicação. A qualquer momento podem surgir fatos novos de maior gravidade ainda, capazes de fortalecer as Instituições Nacionais, forçando seus dirigentes a cumprirem seus deveres constitucionais.

OBS: É com grande pesar que recebemos a infausta notícia da passagem para o Oriente Eterno do nosso Irmão, amigo e companheiro de lutas Cel Rui Duarte, uma das almas do Ombro a Ombro, desde seu início. Titular de uma das mais lidas colunas do jornal, ele estará sempre inspirando-nos a prosseguir a combater o bom combate. Estamos sentindo muito sua ausência física, mas conforta-nos a certeza de que ele está muito melhor do que nós. Solicitamos a todos seus amigos e colegas uma prece, cada um em sua fé, para que o querido amigo continue a receber muita luz.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Sítio: www.brasilsoberano.com.br

HORA DA DECISÃO

Artigo publicado em 01.08.2005 no jornal Ombro a Ombro.

A nação brasileira presencia, estarecida, a sucessão de fatos escandalosos, de demonstrações pornográficas de atos de corrupção, ativa e passiva, de lavagem explícita de inacreditáveis quantias de dinheiro, de omissões covardes, de prevaricações injustificáveis. Em todos os dias são anunciadas novas provas do gigantesco sistema de corrupção que sufoca o país, atingindo empresários, dirigentes de empresas estatais, senadores, deputados, vereadores e até magistrados. Comissões parlamentares mistas de inquérito são instaladas com o propósito de apurar os crimes cometidos, mas são logo tomadas de assalto pela maioria governista, obtida através de meios espúrios.

Como acreditar na legitimidade da apuração, neste contexto? Os principais acusados vão depor armados com “hábeas corpus preventivo”, concedidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. São legais, mas ilegítimos. No mínimo, inoportunos. Caberia ao presidente da CPMI atingida recorrer da decisão e aguardar a suspensão da imunidade concedida, a fim de que os depoimentos fossem de fato esclarecedores, de modo a que os criminosos já fossem presos na ocasião do depoimento. Infelizmente, os acusados, ao lado de competentes advogados, pagos a peso de ouro pelo partido no poder, debocham cinicamente não só dos congressistas, como de toda a nação brasileira humilhada.

Por muito menos o ex-presidente Collor foi derrubado pela ação decisiva da organizações Globo, então interessadas em destituí-lo, após terem contribuído decisivamente para sua vitória. Aliás, depois de uma verdadeira reforma política, destinada a tentar melhorar a representatividade dos congressistas (voto facultativo, obrigatoriedade da fidelidade partidária aos partidos pelos quais foram eleitos, de acordo com sua linha programática, financiamento público de campanhas, prestação de contas transparente, horário eleitoral gratuito eqüitativo e outras), é necessário garantir a livre concorrência no setor de comunicações, procurando diminuir o monopólio em vigor.

Contudo, este sistema político no qual estamos inseridos é puro surrealismo. O “mensalão” era o segredo mais bem guardado em Brasília, apesar de ser do conhecimento de todos. Os fatos já divulgados, tal a gravidade, já deveriam ter sido objeto de ação enérgicas por parte da justiça eleitoral, espantosamente apática. Afinal, até a cassação do registro definitivo do partido no poder pode ocorrer.

Entretanto, na questão da imposição da data do referendo sobre o desarmamento o presidente do TSE extrapolou sua competência. Primeiro, marcou-o para o dia 23.10, a revelia do Congresso, quando este o havia marcado para o 1º domingo de outubro. Depois, afirmou que, caso o Congresso não resolvesse o assunto até o final do mês de junho, seria impossível realizá-lo este ano. Após, prorrogou o prazo para a 1ª semana de julho, com o Tribunal em recesso, até alcançar o objetivo. Desperdiçar cerca de R\$ 500 milhões por capricho ou por imposição de variáveis exógenas, para realizar o referendo, o qual poderia ser concretizado junto com as eleições de 2006. Aliás, o assunto já está resolvido. As ordens do exterior, com a cumplicidade das organizações Globo serão cumpridas.

Caso não existissem dezenas de razões para ser contra o desarmamento do cidadão de bem, apenas saber quem está apoiando o mesmo já seria um forte motivo para ser contrário. Afinal, o time formado pelos deputados João Paulo Cunha, Luís Eduardo Greenhald, Roberto Freire, Raul Jungmann, senador Renan Calheiros e outros de igual coturno já é razão suficiente. Onde eles estão é correto afirmar que o lado contrário é o certo.

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor aposentado na UERJ e Conselheiro da ESG.

Sítio: www.brasilsoberano.com.br

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

2. Monitor Mercantil - Parte 1

LENIENTES E CRUÉIS

Artigo publicado em 14/12/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra

Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Defesa e autor do livro Brasil Soberano.

As atuais autoridades brasileiras são ao mesmo tempo cruéis e lenientes. Extremamente sádicas com os cidadãos dignos, honestos e de bons costumes. Irresponsavelmente frouxas ao lidar com marginais frios e perigosos.

É uma triste constatação, baseada na observação real dos fatos. O cidadão brasileiro paga uma das mais altas cargas tributárias do mundo (cerca de 36% do PIB), talvez a maior dos emergentes. Isto de acordo com dados oficiais. Caso consideremos a sonegação e a economia subterrânea, concluímos que o percentual é bem mais significativo, chegando a alcançar 50% na classe média tradicional. Em contrapartida seria indispensável a retribuição proporcional dos diversos entes federativos, sob a forma de prestação de serviços capazes de atender às necessidades coletivas, de modo digno.

Isto não ocorre. Os órgãos arrecadadores são eficazes e implacáveis. Os (ir)responsáveis que possuem a missão de atender ao esperado pelo povo são ineficazes, obrigando os cidadãos a procurar a iniciativa privada. A situação é extremamente grave no relativo à infraestrutura social, em especial na área de saúde. Hoje em dia, mais de 47 milhões de brasileiros são usuários de planos particulares de saúde e são mal atendidos, com as exceções de praxe.

O sistema particular de saúde é dispendioso, prometendo mundos e fundos, mas no instante do atendimento parece retroceder ao padrão do insuficiente sistema público de saúde, de um modo geral. A marcação de consultas é massacrante. O interessado deve ter uma paciência digna de Jó para conseguir fazer exames laboratoriais e radiológicos. Para conseguir um ato cirúrgico, então, é um verdadeiro 13º trabalho de Hércules. As mensalidades são periodicamente reajustadas, mas os profissionais de saúde não. Um médico é obrigado a atender um mínimo de 25

pacientes em uma jornada de quatro horas de trabalho. Na hora da emergência, não há vaga nos hospitais.

Na educação reina o caos. A começar pela nefasta atuação do ministério da Educação, órgão que deveria ser o principal responsável pelo ensino no país. A sucessão de erros, representada pela edição de livros com sua chancela, contendo barbaridades, verdadeiros atentados contra a língua portuguesa e as ciências matemáticas, além da tentativa no passado de divulgar o “kit gay” mostram a incompetência do órgão. E tal descalabro é agravado com a série de enganos cometidos na condução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ensino fundamental continua a formar analfabetos funcionais e o ensino médio sofre tentando corrigir as lacunas existentes, em vão. O ensino superior público é prejudicado de várias maneiras e o privado cada vez mais mercantilizado, verdadeiras fábricas de diplomas.

Mas o pior é quando o cidadão necessita recorrer a serviços criados pelos governantes para exercer a sua cidadania. A “via crucis” é interminável. Carteira de motorista, renovação, passaporte, registro de arma, vistoria de automóvel, carteira de identidade e outros. É um verdadeiro tormento. De início, a dificuldade em agendar a data. Em seguida absurdas exigências, capazes de fazer a vítima voltar ao local do martírio mais de uma vez. A informação sai a conta-gotas. Cada dia é uma exigência nova. E a postura do atendente é intimidadora. Parece que ele está fazendo um favor. Taxas caras são cobradas e maquiavelicamente os prazos de validade dos documentos são encurtados e novas exigências impostas. Geralmente, há um aviso de que é delito passível de punição o desacato a servidor público, para deixar bem claro quem manda. E não estamos falando de tarefas mais difíceis como a de recuperar o carro em um depósito de veículos apreendidos.

Já a vida do marginal é sucessivamente aliviada. Principia pelo tratamento dispensado a um menor de idade infrator com menos de dezoito anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de já ter até cometido assassinato, ele terá no máximo uma internação até dezoito anos e excepcionalmente vinte e um anos, que deve ser renovada a cada três meses, levando quase sempre o magistrado a liberar o infrator na primeira avaliação. Há uma eterna discussão entre as secretarias de Assistência Social e organismos como a OAB, Conselhos Regionais de Enfermagem e Serviço Social e assemelhados, no relativo à internação compulsória de crianças e adolescentes dependentes de drogas. Ora, qual é a alternativa proposta pelos críticos à medida adotada? A solução é deixá-los morrer na rua? Caso achem que o abrigo não é adequado, porque não construir outro mais adequado? Caso não consigam, façam um cadastro dos dependentes e cada um leve para sua casa um deles. É demagógica e irresponsável esta postura do “coitadinho”.

Quanto aos maiores, a recente Lei 11.403/2011 sobre a prisão preventiva e outros assuntos demonstra claramente a intenção dos detentores do poder político no Brasil. Ao invés de construir presídios para acautelar os condenados, é mais fácil criar artifícios para liberá-los e soltá-los nas ruas, sem a necessária recuperação para que voltem a cometer crimes contra os indefesos cidadãos. Estes, apesar do resultado do referendo sobre a comercialização de armas e munições, na prática estão praticamente proibidos de sequer possuir uma arma de fogo de defesa pessoal, devido à orientação superior aos órgãos auxiliares para dificultar a compra, e a renovação do registro de armas de fogo.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA E SUAS FALÁCIAS

Artigo publicado em 07/12/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra

Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

De acordo com o excelente trabalho divulgado pela UNAFISCO, de autoria aposentada da Auditora Fiscal da Receita Federal, Dra. Maria Lucia Fattorelli Carneiro, encontramos as seguintes falácias a respeito da reforma da previdência apresentada pela atual administração.

A primeira delas refere-se à necessidade de haver a reforma da previdência como condição indispensável para solucionar os principais problemas econômicos experimentados pelo Brasil. De fato, a primeira reforma a ser empreendida deveria ser a reforma tributária, capaz de permitir a melhora na forma de repartição de renda do país. Na realidade, o objetivo deles é a privatização da previdência dos servidores públicos, a fim de proporcionar lucros vultosos a fundos de previdência e seguradoras particulares, em especial estrangeiras.

A segunda diz respeito ao fato de que o regime de capitalização proposto permitiria rendimentos maiores e aumentaria o nível de poupança. De início, as experiências de outros países, como por exemplo o Chile, foram desastrosas, pois foram aumentados brutalmente os gastos do Estado, enquanto o valor das aposentadorias caiu. Quando chegou o momento de desembolsar os benefícios, vários fundos privados faliram, deixando o ônus para o Estado.

A terceira é relativa à existência de déficit na seguridade e na previdência social. A Constituição Federal de 1988 definiu a seguridade como dever do Estado, abrangendo a previdência social, a saúde e a assistência social. Os defensores da reforma apresentada afirmaram ter havido um déficit de cerca de R\$ 166,5 bilhões, em 2015, enquanto a ANFIP afirma ter havido um saldo de R\$ 11,2 bilhões. A diferença reside no cômputo das receitas previstas como fontes de financiamento (COFINS, CPMF, CSLL etc.).

A quarta defende a tese alarmista de que se não for aprovada a reforma da previdência, as contas públicas não se equilibram. Ora, qualquer cidadão bem informado sabe que o desequilíbrio existente é consequência do pagamento de juros extorsivos, relativos à dívida interna, que chegaram, em 2016, a mais de R\$ 400 bilhões.

A quinta pretende incutir na população a falsa ideia de que a previdência tem sido um grande fardo para a sociedade. Quem conhece a História do Brasil sabe que os recursos da previdência social é que propiciaram a instalação das indústrias de base no país e várias outras obras relevantes (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, CSN, CHESF, Companhia Nacional de Álcalis, FNM, BNDES, construção de Brasília, Ponte Rio Niterói, Itaipu Binacional e outras). Conforme já afirmamos em artigo anterior, se as contribuições da previdência tivessem sido corretamente aplicadas, de 1945 a 1980, em sistema de capitalização a 6% ao ano, teríamos em 2000 um fundo de cerca de R\$ 1 trilhão, atualizado.

A sexta refere-se ao fato de que os servidores públicos seriam privilegiados, pois recebem aposentadoria integral. "Esquecem" que não há teto de contribuição para o regime de previdência dos servidores públicos, enquanto há no regime geral de previdência social (RGPS). Como comparar as duas situações, exigindo uma igualdade por baixo? No caso de uma reforma com objetivos sadios, o certo seria proporcionar ao empregado do setor privado a oportunidade de descontar também sobre o total percebido, sem teto.

A sétima diz respeito a assertiva, não verdadeira, de que o servidor público não contribuía, até poucos anos atrás, para a previdência. Na realidade, desde a criação do IPASE, em 1938, eles contribuem. Atualmente, com 11% do valor recebido. Acontece que, além de a União nunca ter contribuído com a parte patronal, na forma da lei, estes recursos desapareceram.

A oitava fala que o justo é haver um regime único, devendo ser eliminado o regime próprio dos servidores públicos. Conforme já analisamos nos itens anteriores, é muito difícil que isto possa ocorrer, devido às especificidades, as razões e a evolução histórica de cada regime. O servidor público contribui de forma diferente, além de não ter acesso ao FGTS e não ter direito à remuneração de horas extras. Além disto, as reservas vultosas acumuladas no passado, apesar de o Estado não ter cumprido com sua parte, sumiram. Caso haja, a unificação deverá melhorar a aposentadoria do regime geral e não penalizar a aposentadoria do setor público.

A nona é a de que o aumento dos beneficiários da previdência será superior ao aumento dos contribuintes e, isto ocorrendo, poderá inviabilizar o sistema previdenciário. De início, o padrão de crescimento dos beneficiários, no futuro, será diferente do ocorrido no passado. A seguir, tão logo a Economia Brasileira volte a crescer de acordo com suas taxas históricas, em um ciclo virtuoso de desenvolvimento, aumentará o nível de emprego, os salários serão reajustados, a economia informal decrescerá, aumentando o volume de contribuições. Em paralelo, outras medidas deverão ser adotadas, como combate à sonegação, diminuição da corrupção, minimização das renúncias fiscais e outras. A quem interessa esta reforma da previdência em discussão?

A QUEM INTERESSA ESTA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Artigo publicado em 30/11/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra

Professor, Assessor Especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Um dos temas mais debatidos na atual conjuntura é a quem interessa a reforma da previdência proposta. Analisemos apenas o RGPS. De início, cabe salientar que aposentadoria, pensão e outras conquistas adquiridas não são favores concedidos por quem está no poder e sim o cumprimento de direitos provenientes da contribuição de empregados e empregadores ao longo do período devido, de acordo com a legislação vigente. Quando se defende aposentadoria com um limite de idade de 65 anos inicialmente, amparando-se em comparações com outros países, é cometido um grave erro. A expectativa de vida no Brasil é de 75 anos (OMS-2015).

Outros países possuem expectativas superiores a 80 anos e com condições de vida muito superiores. Respeito ao trabalhador, serviços públicos dignos em saúde, educação, segurança, transportes e outros. Caso aprovem esta barbaridade, um trabalhador que ingressa no mercado de trabalho com 18 anos terá então de contribuir por 47 anos para receber por 10 anos sua aposentadoria, com a idade mínima de 65 anos. Na prática é uma questão simples de cálculo atuarial: verificar o valor da contribuição mensal de empregados e empregadores, o tempo adequado para recebimento de um determinado valor por x anos, devidamente aplicados, segundo critérios técnicos, sem roubos e desvios. A questão da quantidade de anos mínimos de contribuição para aquisição das condições de aposentadoria merece ser discutida. Existem exemplos disponíveis como a PREVI, que ainda resiste, apesar das investidas do “mercado” e seus agentes. A CPI da Previdência mostrou a realidade.

É importante recordar o acontecido nos primórdios da instituição do atual sistema de Previdência Social. Inicialmente, ele foi concebido para garantia dos benefícios (IAPs), considerando a existência de três contribuições iguais: a do empregado, a do empregador e a do governo. Com o tempo, devido aos elevados níveis de

desemprego, às ínfimas remunerações, o sistema passou a ser responsável também pela assistência médica e pela assistência social, passando assim a ter progressivamente um conceito mais amplo de Seguridade Social. Além de a União nunca ter contribuído com sua parte, para tentar corrigir esta distorção a atual CF/88 previu várias fontes de financiamento como COFINS, CSLL etc. para arcar com o ônus da nova responsabilidade.

Nos últimos 60 anos, apesar de tudo, a previdência conseguiu acumular, à época (ano 2000), segundo o especialista Prof. José Neves, já falecido, valores equivalentes a bem mais de um trilhão de reais que, ao invés de serem aplicados corretamente, de acordo com os critérios atuariais, no mercado, para garantir o regime de capitalização, foram desviados pelos diversos governos, ao longo do tempo, por exemplo, na construção de Brasília, na Transamazônica e outras, o que provocou seu desaparecimento. Não pode ser esquecido o violento processo de corrupção, de nepotismo, de empreguismo, além da aprovação de medidas demagógicas que, apesar de serem, algumas, louváveis (idosos sem renda, trabalhadores rurais etc.), representam acréscimo às despesas, sem nunca terem propiciado um centavo de arrecadação, criadas pelo Congresso, sendo algumas até originárias do Executivo. Além disto, imorais isenções previdenciárias a financiadores de campanhas.

Moral e eticamente fica difícil justificar mudanças tão radicais no processo em vigor, considerando a CF de 88. Outro ponto a levantar é o desvio de receitas do orçamento da seguridade, como a implantação da DRU em 30%, agora abandonada pelo governo. Por quanto tempo? Ainda a levar em conta a brutal sonegação existente, infelizmente não combatida adequadamente pelos órgãos públicos responsáveis. E a lista de devedores da Previdência supera em muito R\$ 400 bilhões. “De fato, o governo fabrica o déficit fazendo uma conta distorcida, que considera apenas a arrecadação do INSS e compara com todo o gasto da Previdência”. E continuam a massacrar os aposentados que ganham mais de um salário mínimo (SM), dando-lhes apenas a reposição da inflação, o que levará daqui a alguns anos a todos os aposentados passar a auferir pouco mais do mínimo, apesar de alguns terem contribuído por até 20 SM e atualmente sobre 10 SM.

Não é concebível persistir na atual situação, onde o governo não contribui e comanda todo o processo, onde todos os demais agentes são prejudicados. Não esqueçam que só em custos da dívida pública em 2016 (mais de R\$ 400 bilhões), a União gastou mais do que com o total do apregoado déficit de aposentadorias do INSS (cerca de R\$ 152 bilhões, para um pagamento total de R\$ 516 bilhões). Na realidade, deveria haver a garantia da aposentadoria integral também para os empregados do setor privado, nivelando por cima e não por baixo, respeitados os critérios atuariais de contribuição. Por que não admitir então a validade da extinção

do pagamento compulsório ao INSS? Poderia ser facultativo. Quem confiasse neste sistema, contribuiria. Em caso contrário, aplicaria o valor de sua contribuição, somada a do empregador, em uma aplicação pessoal, isentando o Estado da obrigação de prover seu sustento na velhice. E a limitação de pensão e aposentadoria para 2SM? Onde está a segurança jurídica? Um casal em que ambos recebam 3 SM cada um, em caso de morte de um deles, deixará o cônjuge na miséria. E os anos de contribuição? Vão para o “ralo”, ou para financiar os custos nababescos de uma minoria privilegiada?

Não tentem enganar o povo. As eleições de 2018 já estão aí, para execrar os defensores destas reformas prejudiciais ao trabalhador brasileiro. Existem distorções graves em todo o processo, principalmente com a existência de “príncipes da República”, que se aposentam em condições excepcionais, com pouco tempo de contribuição, auferindo nababescos estipêndios. O congressista que votar este absurdo será punido nas urnas. A atual administração não possui representatividade para efetuar mudanças tão significativas. E a intenção de igualar a previdência privada da previdência pública é complicada. O valor das contribuições é inteiramente diferente, o servidor público não tem FGTS, realizou concurso e tantas outras diferenças. Estão tentando dividir a sociedade brasileira, jogando a opinião pública contra os servidores públicos, através de uma sórdida ação da “mídia amestrada”.

DESARMAMENTO E SUA FACE OCULTA

Artigo publicado em 16/11/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra, Professor, Assessor especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e autor do livro Brasil Soberano.

Escrevemos vários artigos sobre este tema. A mídia amestrada acionada por “incentivos externos” volta a atacar medidas propostas no Congresso para minorar o massacre imposto ao cidadão digno, honesto e de bons costumes pelas sucessivas administrações anteriores desde FHC com o objetivo de privar o povo brasileiro do direito de possuir e portar, quando for o caso, arma de fogo. O mais comprometedor é o fato de que a maioria dos “especialistas” ouvidos por parte da comprometida parcela dos meios de comunicação é constituída de estrangeiros, em especial argentinos.

Houve um referendo em 2005 sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, onde a imensa maioria dos eleitores (cerca de 64%) rejeitou o absurdo. Quase todos os políticos (principalmente os ditos de esquerda) foram a favor da proibição, tendo sido fragorosamente derrotados. Porém, conseguiram impor o famigerado estatuto do desarmamento, por acordo de lideranças, sem sequer votação no plenário. Só defende o estatuto do desarmamento quem ignora o que está por trás dele, estrangeiros ou sicários a soldo dos interesses alienígenas.

No Brasil o serviço militar é obrigatório. Todo jovem é convocado para cumprir seu dever aos dezoito anos. O objetivo é a sua preparação para defesa da Pátria. Ele aprende a atirar com armas leves e pesadas e faz teste de tiro. Em Israel e na Suíça, todo cidadão, de acordo com critérios específicos, é considerado como soldado da reserva, pronto para entrar em combate, quando necessário.

A campanha de desarmamento civil no Brasil não é proveniente de uma iniciativa própria, mas sim do resultado de um esforço internacional realizado por uma rede de instituições ligadas ao establishment oligárquico, em especial o seu componente anglo-americano-canadense, objetivando implantar uma estrutura de governo mundial, acima dos Estados Nacionais, que os “donos do mundo” pretendem ver inviabilizados no contexto da “globalização”.

O desarmamento da população se segue a uma série de medidas visando o desmantelamento das Forças Armadas e a reestruturação das forças policiais civis e militares, elementos cruciais do plano externo de dominação. Esta ação assume um caráter ainda mais grave em função da crescente deterioração das condições de

vida e segurança pública nos grandes centros urbanos do país, em função do caos econômico-social produzido pelas políticas econômicas das últimas administrações, que drenaram a maior parte dos recursos financeiros para a especulação no pagamento de juros.

O financiamento de toda esta campanha, da ordem de dezenas de milhões de dólares, provém de fundações como o Ploughshares Fund e a Winstom Foundation For World Peace. Uma das ONGs mais importantes da campanha é o British American Security (Basic), que tem como principal financiadora a Fundação Ford e a rede lansa, fundada em maio de 1999 e composta por mais de 186 ONGs.

O verdadeiro objetivo dos idealizadores da atual campanha do desarmamento é mais abrangente. Surgiu logo depois do final da II Guerra Mundial, como o plano Baruch (entrega de todos os suprimentos de minérios radioativos a uma autoridade central mundial) para estabelecer um governo mundial. Tais ideias originaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), bem como a proposta apresentada pelo Departamento de Estado dos EUA, no plenário das Nações Unidas, em 1961, sob o título: Freedom from War-The United States Program for General and Complete Disarmament in a Peaceful World (Libertação da Guerra: Programa dos EUA para o Desarmamento Geral e Completo num Mundo Pacífico).

O documento propunha o estabelecimento de uma Força de Paz das Nações Unidas e um plano de desarmamento mundial que incluía:

- a) o desarmamento de todas as Forças Armadas Nacionais e a proibição do seu restabelecimento sob qualquer forma, exceto as requeridas para preservar a ordem interna e para contribuições para uma Força de Paz das Nações Unidas;
- b) a eliminação de todos os armamentos dos arsenais nacionais, inclusive todas as armas de destruição em massa e os seus meios de lançamento, exceto aquelas requeridas por uma Força de paz das Nações Unidas e para a manutenção da ordem interna;
- c) a fabricação de armamentos seria proibida, exceto no tocante aos tipos e quantidades aprovadas para uso da Força de Paz das Nações Unidas e aos necessários para manter a ordem interna. Todos os outros armamentos seriam destruídos ou convertidos a fins pacíficos.

Seus idealizadores afirmam ainda que “em nossa era moderna, a obtusa aderência à soberania nacional e às Forças Armadas Nacionais representa uma forma de insanidade que, entretanto, pode ser curada por uma espécie de tratamento de choque”.

A manobra é muito clara. A liderança do movimento no Brasil é da ONG Viva Rio, fundada em NOV/93, no Rio de Janeiro, com a participação e o patrocínio de representantes das Fundações Rockefeller, Brascan, Kellog, Vitae e Roberto Marinho e a presença do então Chanceler FHC e do falecido banqueiro David Rockefeller, fundador do Diálogo Interamericano, sendo filiada à IANSA, criada para atuar como uma central de coordenação da campanha internacional de desarmamento.

Ninguém tem moral, direito ou legitimidade para rasgar a Constituição, impedindo o direito natural à autodefesa do cidadão. Caso este comportamento fascista seja mantido, as autoridades irão colocar na cadeia os cerca de oito milhões de cidadãos possuidores de armas legais e soltar os bandidos que estão trancafiados? E quantas armas continuarão a existir no país, computando-se as ilegais já existentes? Queremos direitos iguais às "autoridades", que, além de portar armas, possuem carros blindados, seguranças com armamento de guerra. É imoral presenciar estes políticos abominando a posse de armas pelo cidadão, cercado de seguranças armados até de metralhadoras. Pelo plebiscito pela revogação do estatuto do desarmamento!

<http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=130695>

A QUEM INTERESSA UM BRASIL DIVIDIDO

Artigo publicado em 03/11/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra, Professor, Assessor especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Denominamos de “países-baleias” os quatro países (Brasil, China, Índia e Rússia, componentes do grupo BRICS), em virtude de disporem de gigantescas extensões territoriais e enormes mercados populacionais com crescente poder aquisitivo e qualidade de vida. É evidente que os EUA ainda são a potência hegemônica mundial e, mesmo com sua decadência, ainda terão grande importância, bem como a União Europeia, no contexto internacional, além do ascendente BRICS.

A China já é a segunda economia do mundo, detentora de apreciável poder militar. A Índia e a Rússia estão entre as maiores economias do mundo e também possuem elevado poder militar. Em uma análise prospectiva, apesar de termos uma das dez maiores economias do mundo, vasta extensão territorial, abundantes recursos naturais existentes, da água ao titânio, passando agora pelo petróleo, além de um povo ordeiro e trabalhador, a fragilidade da expressão militar do Poder Nacional constitui uma vulnerabilidade preocupante. De fato, há um plano arquitetado pelos "donos do mundo" de enfraquecer as Forças Armadas dos países emergentes, sufocando-as de todas as maneiras, financeira, econômica e moralmente.

É proibido o acesso à moderna tecnologia bélica, seja no tocante a engenhos nucleares, seja na área espacial. O trágico episódio da explosão do terceiro VLS brasileiro, com a perda de vinte e um mártires é emblemático. Até jatos supersônicos são proibidos. Fabricação de mísseis, nem pensar. Até a proibição da comercialização de armas e munições queriam impor ao povo brasileiro. As empresas nacionais seriam expulsas do mercado e o Brasil ficaria dependente até da importação de um cartucho de 22. Desta forma, fica mais fácil intimidar e até agredir nosso território, direta ou indiretamente.

Os conceitos de Integração, Soberania e Integridade do Patrimônio Nacional são importantes para serem lembrados por todos nós, brasileiros, devido à insegurança vivenciada, gerada principalmente por pressões externas. Sofremos o risco de

serem agravadas as tensões no plano social, com o acirramento e a indução de choques de caráter “racial”, religioso, étnico e até sexual ou de gênero. As famigeradas ONGs e a mídia internacional, secundada pela mídia nacional, vão procurar jogar católicos contra protestantes e espíritas, brancos contra negros e índios e outros. Seu objetivo é abalar nossa coesão social, para fragilizar-nos. Absurdas imposições externas e referendadas pelas últimas administrações, como o denominado sistema de “cotas raciais”, começam a criar conflitos antes inexistentes em nosso país.

Quanto à coesão territorial, estão acelerando o processo de demarcação de terras indígenas, para depois preparar o terreno para o "direito dos índios à autodeterminação" e para aplicar o "direito de ingerência dos mais fortes". Isto lhes possibilitaria retalhar o território brasileiro, em especial a Região Amazônica, dividindo-a em quistos, a serem “protegidos” por uma força internacional de paz. Sob o pretexto de defender os direitos dos índios, pretendem explorar nossas riquezas e recursos naturais.

O revolver de chagas abertas há cerca de 50 anos, abrindo feridas que deveriam estar cicatrizadas, com a Lei da Anistia referendada pelo Supremo Tribunal Federal, por mais motivações que apresentem, representa justamente o desejo do inimigo externo. Enquanto olhamos pelo espelho retrovisor, digladiando-nos ferozmente por várias razões, algumas justificáveis, outras não, em virtude da parcialidade evidente, dando voz a apenas um dos lados participantes da luta armada no país, os “donos do mundo” enxergam com farol de milha, deleitando-se com nossa divisão interna e avançando sem a devida resistência em nossas riquezas, afrontando nossa soberania.

Para mantermos a Integridade do nosso Patrimônio Nacional é indispensável o urgente fortalecimento de nossas Forças Armadas, além da existência de um governo apto a enfrentar o que será talvez um dos maiores desafios da nossa História. Preservar para os nossos filhos aquilo que foi tão duramente conquistado pelos nossos antepassados. Afinal, o Brasil é dos brasileiros! Caso permaneçamos indiferentes, ausentes, medrosos, nossos filhos terão o direito de cobrar-nos: Por que não fomos capazes de, além de doar nossas vidas em defesa do que recebemos, dar-lhes razão para continuarem a viver dignamente.

O momento é de União. O passado foi-se. Nossos descendentes dependem daquilo que conseguirmos legar para eles. Sequer temos um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Chega de ódio e sentimento de vingança! Houve excessos de ambos os lados e, em nome do futuro, devemos lutar ombro a ombro contra as formidáveis ameaças existentes ao nosso Progresso. ? Chega de traição à Pátria!

3. Vila do Foco

CONTRATO SOCIAL DESRESPEITADO

Economista Marcos Coimbra

Professor, Acadêmico Fundador da Academia Brasileira de Defesa e autor do Livro Brasil Soberano.

As recentes reformas da previdência social, seja na esfera pública como no campo privado, representam a quebra de um contrato social realizado entre o Estado Brasileiro e os trabalhadores. É um pacto que deveria estar acima de eventuais governos. Existem várias falácias sobre a controvertida reforma da previdência, das quais destacamos:

A primeira refere-se à necessidade de considerar a reforma da previdência como condição indispensável para começar a solucionar os principais problemas econômicos experimentados pelo Brasil. De fato, a primeira reforma a ser empreendida deveria ser uma reforma política real, de fato focada nos interesses do povo. Ou uma reforma tributária, capaz de permitir a melhora na forma de repartição de renda do país. Na realidade, o objetivo deles é a privatização da previdência dos servidores públicos, a fim de proporcionar lucros vultosos a fundos de previdência e seguradoras particulares. A segunda diz respeito ao fato de que o regime de capitalização idealizado permitiria rendimentos maiores e aumentaria o nível de poupança. De início, as experiências de outros países, como a do Chile, foram desastrosas, pois foram aumentados brutalmente os gastos do Estado, enquanto o valor das aposentadorias caiu. Quando chegou o momento de desembolsar os benefícios, vários fundos privados faliram, deixando o ônus para o Estado.

A terceira é relativa à existência de déficit na seguridade e na previdência social. A Constituição Federal de 1988 definiu a seguridade como dever do Estado, abrangendo a previdência social, a saúde e a assistência social. Os defensores da reforma pretendida propagam a existência de sucessivos déficits na rubrica. Equivocam-se, pois deixam de computar as receitas previstas como fontes de financiamento (COFINS, CSLL etc.). Na realidade, computando-se estas receitas obrigatórias, os saldos têm sido amplamente superavitários. E isto se sabendo que bilhões referem-se a aposentadorias rurais, renda mensal vitalícia etc. A quarta

defende a tese alarmista de que se não for aprovada a reforma da previdência, as contas públicas não se equilibram. Ora, qualquer cidadão bem informado sabe que o desequilíbrio existente é consequência do pagamento de juros e amortizações extorsivos, relativos à dívida interna, que chegaram, em 2014, a mais de 45% do Orçamento da União. O resultado da seguridade social é positivo. O fictício déficit alardeado é fruto da DRU (Desvinculação das Receitas da União), principalmente.

A quinta pretende incutir na população a falsa idéia de que a previdência tem sido um grande fardo para a sociedade. Quem conhece a História do Brasil sabe que os recursos da previdência social é que propiciaram a instalação das indústrias de base no país e várias outras obras relevantes (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, CSN, CHESF, BNDES, construção de Brasília, Ponte Rio Niterói, Itaipu Binacional e outras). Se as contribuições da previdência tivessem sido corretamente aplicadas, de 1945 a 1980, em sistema de capitalização a 6% ao ano, teríamos hoje um fundo de cerca de R\$ 1 trilhão, atualizado. A sexta refere-se ao fato de que os servidores públicos seriam privilegiados, pois recebem aposentadoria integral. "Esquecem" que não havia teto de contribuição para o regime de previdência dos servidores públicos, enquanto no regime geral de previdência social (RGPS) existe. Como comparar as duas situações, exigindo uma igualdade por baixo? O certo seria proporcionar ao empregado privado o desconto também sobre o total percebido, até um determinado limite, dentro da lei, com seu reajuste vinculado ao aumento do salário mínimo.

A sétima diz respeito à assertiva, não verdadeira, de que o servidor público não contribuía, até poucos anos atrás, para a seguridade. Na realidade, desde a criação do IPASE, em 1938, eles contribuem. Atualmente, com 11% do valor recebido, até mesmo depois de aposentados. Acontece que, além de a União nunca ter contribuído com a parte patronal, na forma da lei, estes recursos desapareceram. A oitava fala que o justo é haver um regime único, devendo ser eliminado o regime próprio dos servidores públicos. Conforme já analisamos, é difícil que isto ocorra, devido às especificidades, as razões e a evolução histórica de cada regime. O servidor público contribui de forma diferente, além de não ter acesso ao FGTS, nem à remuneração de horas extras. Caso haja, a unificação deveria melhorar a aposentadoria do regime geral e não penalizar a do setor público.

A nona é a de que o aumento dos beneficiários da previdência será superior ao dos contribuintes e, isto ocorrendo, poderá inviabilizar o sistema previdenciário. O padrão de crescimento dos beneficiários, no futuro, será diferente do ocorrido no passado. Tão logo a Economia Brasileira volte a crescer de acordo com suas taxas históricas, em um ciclo de desenvolvimento, aumentará o nível de emprego, os salários serão reajustados, a economia informal decrescerá, aumentando o volume de contribuições. Em paralelo, outras medidas deverão ser adotadas, como

combate à sonegação, diminuição da corrupção, minimização das renúncias fiscais e outras.

Infelizmente, qualquer mudança proposta pelas autoridades, já de algum tempo, objetiva apenas prejudicar o contribuinte e não beneficiá-lo como seria o correto. A crueldade cometida com os aposentados que percebem mais de um salário mínimo (SM), os quais descontaram sobre no mínimo dez vezes o SM e agora estão reduzidos a receber reajustes inferiores aos que ganham um salário mínimo, tende, ao longo do tempo, a fazer com que todos os beneficiários percebam ou um SM ou pouco mais do que isto. Infelizmente, não deve sobreviver a heróica tentativa feita recentemente na Câmara dos Deputados de igualar os reajustes, em função da pressão da administração petista.

O FORO DE SÃO PAULO E O BRASIL

Economista Marcos Coimbra

Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

O Foro de São Paulo foi fundado em 1990 por Lula e Fidel Castro, com o intuito de reconquistar na América Latina o que se havia perdido no Leste Europeu. Trata-se de organização que reúne de maneira promíscua partidos políticos legais, organizações terroristas e grupos narcotraficantes, com o objetivo de traçar estratégias comuns e lançar “novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana”. A unidade estratégica dessas organizações visa tomar o poder em todo o continente, criando uma frente de governos socialistas em oposição aos Estados Unidos. Hoje, duas décadas depois, o Foro de São Paulo governa 16 países, nos quais aplica a mesma agenda de aparelhamento do Estado, de limitação das liberdades civis, de relaxamento no combate ao narcotráfico, de perseguição à oposição e à imprensa livre (Brasil, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Nicarágua, Peru, Uruguai, Venezuela etc.). A Argentina é associada.

Seu propósito é implantar governos socialistas na América Latina, via eleições “democráticas”, que mais tarde serão convertidos em governos totalitários, a exemplo do modelo cubano em vigor, tudo sob a falsa retórica de “democracia”, tal como eles, os comunistas entendem. Os principais campos de atividade do Foro são a subversão política e social de todo o continente latino-americano. Tudo sob a falsa retórica da “democracia”. Trata-se, portanto, de uma organização que se mantém no anonimato para que seus projetos totalitários não sejam identificados antes que se complete o plano de dominação e implantação do pensamento hegemônico no Brasil e no continente Latino-americano. O Foro de São Paulo conta com o apoio implícito da ONU e da OEA. Na realidade, é o embrião da criação da União das Repúblicas Socialistas da América Latina.

O receituário empregado é o mesmo. Existe um projeto de poder e não de governo. Então é possível entender aquilo que ocorre na América Latina. Aproveitando-se das vulnerabilidades da Democracia, através de eleições ditas democráticas, um destes grupos ganha as eleições em seu respectivo país, até praticando estelionato eleitoral. A seguir, cooptam o Poder Legislativo, utilizando-se do denominado “presidencialismo de coalizão”, caracterizado pelo emprego de meios nada “republicanos”, como podemos verificar com o “mensalão” e a operação Lava Jato.

São centenas de congressistas integrados à base do partido no poder, na base do “toma lá, dá cá”. O próximo passo é a progressiva infiltração no Judiciário até torná-lo um departamento do Executivo, como foi feito na Venezuela. A propósito, mais da metade dos membros dos Tribunais Superiores do Brasil foi nomeada pelos petistas.

A meta então é reformar a Constituição de modo a assegurar a permanência no poder dos participantes do Foro de São Paulo. Vale tudo, a exemplo do ocorrido na Bolívia, no Equador e outros países. Passam a valer a reeleição sem limites, a eleição de parentes e outros expedientes. Existe a clara interferência de políticos de outros países nos assuntos internos de outros, como, por exemplo, o declarado apoio de Lula e Dilma ao candidato de Cristina Kirchner, inclusive com “marqueteiros”. Está explicada então a “doação” (empréstimos que nunca serão pagos) de centenas de milhões de dólares a países com administrações “companheiras”, por empreiteiras amigas, doadoras significativas de campanhas eleitorais. Também se proíbe o acompanhamento externo por observadores internacionais como aconteceu na Venezuela, com o veto ao ministro aposentado do STF Nelson Jobim, indicado pelo TSE. A apuração eletrônica é uma caixa preta, sem confiabilidade. No Brasil, recentemente o Congresso aprovou o retorno da impressão eletrônica do voto, mas a presidente Dilma vetou o artigo, com a desculpa de evitar despesas da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Perto dos vultosos valores das despesas com cartões corporativos sem controle, empreguismo desenfreado de dezenas de milhares de apaniguados políticos, da corrupção astronômica observada nas principais empresas governamentais, em conluio com hábeis “lobistas”, que disfarçam suas comissões por meio de artifícios variados, como realização de “palestras”, é piada. E de mau gosto.

As Instituições Nacionais são erodidas progressivamente. Nenhuma escapa. Famílias, Escolas, Forças Armadas, enfim, todas. Prega-se a descriminalização das drogas, a proibição ao cidadão do direito de defesa, o ataque aos princípios e valores morais e éticos de nossa gente, a imposição de práticas esdrúxulas por minorias orientadas pelo exterior, ao arrepio de nossa cultura, a imposição de ensino de cunho “gramscista”, chegando ao extremo de obrigar aos vestibulandos a responder de acordo com a ideologia dos examinadores, sob pena de reprovação e outros absurdos. As Forças Armadas são objeto de permanente e violento ataque, sendo sabotadas por intermédio do não atendimento de suas necessidades vitais.

Até quando o povo brasileiro suportará, sem a devida reação, este dramático processo de tomada de poder pelos inimigos da Democracia?

RECRUDESCIMENTO DO MASSACRE AOS APOSENTADOS

Artigo publicado no número 244 do Vila em Foco.

Economista Marcos Coimbra

Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Segundo a Auditora Fiscal Maria Lúcia Fattorelli, “quase a metade do orçamento federal do corrente ano, exatos 42%, está destinada ao pagamento da dívida pública brasileira. Dos 2,14 trilhões de reais, 900 bilhões serão gastos com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública”. Enquanto isto os números do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) indicam que no ano de 2013 houve um déficit de 51,259 bilhões de reais, sendo que o setor urbano apresenta um saldo positivo, enquanto o setor rural revela um “déficit” acentuado.

Para agravar a situação, a atual administração petista acelera o processo de “desoneração” de setores e empresas privilegiadas no relativo principalmente à contribuição social, fato que aumenta a insegurança do sistema previdenciário, pois não está sendo feita a devida reposição pela administração federal dos valores que deveriam ter sido concretizados pelos empregadores, apesar das promessas feitas. O resultado será fatalmente a diminuição, em termos reais, dos denominados “benefícios”.

Os aposentados que ganham mais de um salário mínimo, quase 10 milhões de pessoas, recebem um ridículo reajuste de 5,56%, enquanto os beneficiários do chamado “bolsa família”, que nunca contribuíram para a previdência, obtiveram um aumento de 10%. É evidente que a tendência será a de que todos os aposentados passarão a ganhar pouco mais de um salário mínimo (SM) ao longo do tempo, apesar de alguns terem contribuído até sobre 20 SM, agora contribuindo sobre o máximo de 10 SM. E ainda voltam a contribuir, sem retorno, quando retornam ao trabalho.

E aqueles que contribuem para sistemas complementares como é o caso dos empregados de estatais em órgãos como Previ, Petros, Funcef etc. estão sendo duramente prejudicados em virtude de inversões inadequadas, especialmente por interesses políticos, as quais começam a gerar resultados modestos e até negativos, gerando insegurança crescente aos associados.

Ora, a Ciência Atuarial existe justamente para calcular a relação adequada entre o valor das contribuições, o tempo devido e os benefícios a serem auferidos pelos segurados. Assim, não se trata de favor e sim de obrigação a contrapartida às contribuições vertidas ao longo dos tempos pelos empregados. Não faz assim sentido usar a desculpa esfarrapada de que o Tesouro não suportará o ônus dos “benefícios”, considerando-se o volume dos juros e amortizações destinados aos rentistas.

Nos primórdios da instituição do atual sistema de Previdência Social, ele existia apenas para garantir a seguridade social, considerando a existência de três contribuições iguais: a do empregado, a do empregador e a do governo. Com o decorrer do tempo, devido aos elevados níveis de desemprego, às ínfimas remunerações, o sistema passou a ser responsável também pela assistência médica e pela assistência social, além de a União nunca ter contribuído com sua parte. Para tentar corrigir esta distorção a atual CF previu várias fontes de financiamento como COFINS, CSLL etc. para arcar com o ônus imposto.

Nos últimos 60 anos, apesar de tudo, a previdência conseguiu acumular mais de um trilhão de reais que, ao invés de serem aplicados corretamente, de acordo com os critérios atuariais, no mercado, para garantir o regime de capitalização, foram desviados pelos diversos governos, ao longo do tempo, por exemplo, na construção de Brasília, na Transamazônica e outras, o que provocou seu desaparecimento. Também não pode ser esquecido o violento processo de corrupção, de empreguismo, o desvio de receitas do orçamento da previdência, a brutal sonegação existente, além da aprovação de medidas demagógicas que, apesar de serem, algumas, louváveis (idosos sem renda, trabalhadores rurais etc.), estão representando acréscimo às despesas, sem nunca terem propiciado um centavo de arrecadação, criadas pelo Congresso, sendo algumas até originárias do Executivo.

Não tentem enganar o povo. As eleições de 2014 já estão aí, para punir os defensores destas atitudes prejudiciais ao trabalhador brasileiro, em especial daqueles que apregoam os benefícios de serem aliados da atual administração petista. Aposentado também vota!

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Página: www.brasilsoberano.com.br

RECEITA BOLIVARIANA

Artigo publicado no número 243 do Vila em Foco.

Economista Marcos Coimbra

Professor, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

A imprensa noticiou que o primeiro mandatário do Equador, Sr. Rafael Corrêa, enviou mensagem ao Legislativo com o seguinte conteúdo: “Eu decidi pedir para o nosso bloco na Assembleia que a Constituição seja alterada para estabelecer a reeleição por tempo indefinido em todas as posições de eleição popular para que o povo possa escolher quem continua e quem alterna”. Ele já foi eleito duas vezes, inclusive usando um artifício de encurtar o primeiro mandato, para, após alteração da Constituição, poder ser candidato novamente, o que não era permitido. Como possui maioria no Legislativo, o desejo dele deverá ser aprovado e teremos um novo “presidente perpétuo”, a exemplo do falecido Hugo Chávez. Somente sairá do poder morto e, possivelmente, nomeando seu sucessor, a exemplo de outros países bolivarianos. Na Argentina, a dinastia Kirchner. Na Nicarágua, Daniel Ortega. Na Bolívia, Evo Morales e por aí vai.

O receituário é o mesmo. Utilizando-se das fragilidades da democracia, um candidato bolivariano é eleito e ao tomar as rédeas do poder, altera a Constituição, para perpetuação no poder ou pessoalmente ou através de um títere.

No antigo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sob a direção do seu então chefe Luiz Gushiken, um dos cenários prospectivos traçados partia da premissa de que Lula seria o presidente da República em 2022, ano de comemoração do bicentenário da independência do Brasil. Ora, isto só seria possível de acontecer nas seguintes hipóteses. Na primeira, Lula conseguiria obter via plebiscitária o direito de concorrer “ad eternum” à presidência, a semelhança do conseguido por Chávez e outros. Na segunda, caso não conseguisse seu intento, elegeria um títere em 2010, retornando ao poder em 2014, sendo reeleito em 2018 e permanecendo no poder até 2022. A primeira hipótese não ocorreu.

Como a presidente Dilma não abriu mão da reeleição, caso ela ganhe, ele adiará seu projeto para 2018. Caso ela perca, o vencedor viverá um verdadeiro inferno,

pois a situação econômica do país exigirá medidas drásticas e impopulares, após as eleições, além da sabotagem previsível a ser implementada pelos milhares de petistas enquistados em cargos de relevância na máquina governamental, em aliança com os ditos movimentos sociais, sob o comando dos recursos oriundos dos atuais detentores do poder político, facilitando seu retorno triunfal.

Desta forma, o PT permaneceria no poder para sempre, pois após 16 anos de administração petista (incluindo-se o período 2014/2018 ou 2018/2022, é evidente o quase completo domínio de todas as fontes de poder por ele. Mais da metade dos componentes das mais altas cortes de Justiça do Brasil foi nomeada por Lula ou Dilma. Já possuem a maioria formal no STF. Com mais uma nomeação, obterão o controle total. O Legislativo é inteiramente submisso aos seus caprichos. Inexiste uma oposição digna deste qualificativo. Os sindicatos foram cooptados. Até as lideranças estudantis foram anuladas. A mídia, com raras exceções, depende das verbas de publicidade da União e das estatais. Quem diverge e verbaliza sua crítica é silenciado. A exposição positiva de Lula/Dilma é digna de um plano de Goebbels. Atualmente, ela aparece todos os dias em praticamente todos os principais veículos de comunicação, em especial na televisão, mais vista pelas classes C, D e E, segmentos mais importantes em uma eleição, a exemplo de Lula, seguindo o modelo: pai dos pobres e mãe dos ricos, aliança imbatível.

Com a insegurança propiciada pela adoção das urnas eletrônicas de primeira geração e com o mote “O bicho vai pegar”, o pleito de outubro promete ser um dos mais agressivos da história pátria. Após a realização da Copa, o país vivenciará dias muito difíceis. A posição da Sra. Marina merece ser estudada com calma. Oriunda do PT e defensora de teses agradáveis aos interesses da oligarquia anglo-saxônica ela vai, pouco a pouco, dinamitando a estrada de cooperação construída por Aécio/Campos, tornando este último seu refém e sinalizando que partirá no segundo turno para a neutralidade ou mesmo para o apoio aos petistas.

Estará consolidada, de maneira irreversível, uma ditadura constitucional brasileira, sem perspectiva de reversão. E o quadro de 2014 é assustador. Qualquer um dos principais candidatos apresentados até agora (Dilma, Aécio, Campos) representa a continuação da mesma política de submissão aos interesses da banca internacional. Caso o PT vença, será imposta uma reforma política bolivariana, a censura velada aos meios de comunicação e outras medidas ditatoriais previstas no PNDH-3.

Será que os outros partidos políticos aliados dos petistas, bem como a classe empresarial ainda não perceberam o perigo real existente? A consequência natural da concretização deste plano sinistro será a redução a pó de qualquer vestígio de importância de ambos os segmentos e a implantação de uma ditadura branca baseada no binômio ilusionismo/cleptocracia.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Página: www.brasilsoberano.com.br.

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Artigo publicado no número 242 do Vila em Foco.

Prof. Marcos Coimbra

Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

O Desenvolvimento Nacional caracteriza-se pelo aperfeiçoamento do Homem, da Terra e das Instituições, os chamados elementos básicos da nacionalidade, nas cinco expressões do Poder Nacional: política, econômica, psicossocial, militar e científica e tecnológica. Desta forma, ele abrange não só a expressão econômica do Poder Nacional, como também as outras quatro expressões do Poder.

É necessário ainda recordar a diferença entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O crescimento econômico caracteriza-se por um aumento quantitativo na produção de bens e serviços, graças à atuação de um ou de dois fatores de produção preponderantes, geralmente capital e tecnologia, expresso, por exemplo, pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico é caracterizado por um aumento, não só quantitativo, como também qualitativo, em função da participação harmônica de todos os fatores de produção, consubstanciado por um processo de transformação social, com o progressivo deslocamento da mão-de-obra do setor primário para o setor secundário e para o setor terciário, expresso, por exemplo, pelo crescimento do PIB, com minimização das disparidades de renda, a nível pessoal, regional e setorial.

Existe um fator inibidor em nosso ritmo de crescimento, representado pela baixa taxa de investimento existente na nossa Economia, mantendo-se em torno de 18% do PIB, enquanto na década de 70 chegou a ser de 25%. Esta deficiência deve ser compensada pelo aumento da importação de máquinas, equipamentos e outros. Porém, tal providência provoca um aumento considerável em nossas importações o que vem ocasionando uma diminuição expressiva no superávit do balanço de pagamentos em transações correntes. E o pior, em nossa pauta de exportações cresce o percentual de matérias primas e de produtos de baixo valor agregado, enquanto do lado das importações aumenta a compra de bens de elevado valor adicionado, agravando nosso problema de dependência econômica e tecnológica.

Analiseemos o nível da atividade econômica, o qual é função do montante da demanda agregada, expresso pelo valor da despesa interna bruta (DIB). A DIB é constituída pela soma do consumo das famílias, do consumo do governo, do investimento e das exportações. No momento, como já expressei, o investimento ainda é modesto. A recuperação viria, então, por onde? As exportações estão crescendo, até o momento, graças principalmente ao valor das commodities no mercado internacional. Mas até quando, considerando-se a real possibilidade de um desaquecimento da economia da China? O consumo do governo aumenta o gasto despiciendo, em especial com a contratação de “cumpañheiros”, superfaturamento, “mensalão”, publicidade farta, viagens e diárias faraônicas, “bolsas eleitoreiras” etc. A recuperação está sendo sustentada também pelo crescimento do consumo das famílias, graças principalmente ao crédito irresponsável. Fica então difícil acreditar numa recuperação sustentada da Economia, no nível previsto pelos mais otimistas. Para haver crescimento, é vital haver não só um aumento da demanda global, como também da oferta global, não só no curto prazo.

Existe a progressiva deterioração da infra-estrutura econômico-social, provocando o “apagão” logístico, os rentistas ganhando do setor produtivo, o desemprego mascarado, empregos de baixa qualidade, salários em torno do patamar de 2 salários mínimos para a maioria dos considerados empregados, a desnacionalização das nossas atividades econômicas, a corrupção desenfreada, a crescente dependência ao exterior, a exclusão social, a miséria, a desesperança

Para que os bons tempos da Economia Brasileira retornem, é vital uma mudança radical no atual modelo econômico imposto por FHC e mantido pelas administrações Lula/Dilma, de inteira subserviência aos ditames do sistema financeiro internacional, com a abdicação da Soberania Nacional, apenas capaz de fazer o Brasil retornar à situação de colônia. Teremos que colocar no poder outra administração, compromissada verdadeiramente com os interesses nacionais, capaz de multiplicar por menos um o atual modelo, substituindo, de início, a “variável-meta” de estabilidade da moeda para pleno emprego dos fatores de produção com sua digna remuneração. E planejar não só a retomada do crescimento econômico, como também do desenvolvimento econômico.

A hora é esta! Os políticos que serão candidatos em 2014 possuem o dever de apresentar suas sugestões de políticas e estratégias correlatas, em um plano nacional de desenvolvimento, contendo prazos, vinculando-se tudo aos recursos humanos e materiais existentes, para julgamento dos eleitores.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Sítio: www.brasilsoberano.com.br.

O BRASIL E A EDUCAÇÃO

Artigo publicado no número 241 do Vila em Foco.

Prof. Marcos Coimbra

Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e da Academia Nacional de Economia e Autor do livro Brasil Soberano.

Não conhecemos nenhum país no mundo que tenha acelerado seu processo de Desenvolvimento Nacional, em busca do Progresso, sem ter um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com prioridade absoluta em investimentos na infra-estrutura econômico-social. Energia, Transportes, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Saúde, Educação, Segurança, em especial, são vitais neste processo.

E na infra-estrutura social, destacamos justamente o vetor educação, pois entendemos que a solução dos principais problemas brasileiros principia pela urgente necessidade de melhoria do patamar de nossa sociedade no processo educacional como um todo.

O principal fator de desenvolvimento de um país reside na educação do povo. E entenda-se Educação em seu conceito mais amplo, abrangendo desde a transmissão de princípios e valores pela família, passando pelo ensino formal, até chegar ao processo de absorção de informações efetivado através de outros canais, como a leitura voluntária, as notícias dos meios de comunicação etc.

Para consecução deste objetivo é condição primordial o fortalecimento da Instituição Nacional Família, justamente o contrário do que está sendo feito agora, com a adoção de uma verdadeira “glorificação”, em especial através dos principais meios de comunicação de massa, de toda sorte de vícios e perversões, em nome do “politicamente correto”. Até uma “Lei da Palmada” querem impor aos responsáveis máximos pela educação de suas crianças, que são principalmente os pais. Trata-se de uma intervenção indevida, de inspiração ditatorial, do Estado na principal Instituição Nacional existente. É evidente que qualquer excesso deve ser punido de acordo com a legislação em vigor, instrumento suficiente e adequado para correção de eventuais desvios.

Os meios de comunicação, com destaque para emissoras de TV e rádio, também devem ter limites em sua atuação, principalmente devido à sua condição de simples concessionários de serviço público de comunicação de massa, sujeitos à legislação federal ainda não regulamentada, fato que propicia um vazio institucional perigoso.

Outro aspecto importante é a necessidade de um investimento maciço no ensino. Foi assim nos EUA, no Japão e agora na Índia e na China. E o esforço deve principiar pelo ensino básico, de boa qualidade, de caráter universal, obrigatório. A base é fundamental. E o critério de aprovação, em qualquer nível, deve ser o mérito. A utilização de experiências exóticas importadas de outras culturas e rincões, tais como a “aprovação automática”, sistema de cotas para ingresso em instituições de ensino e outras não devem prosperar no Brasil, sob pena de nunca termos a massa crítica, no relativo ao nível de preparo do capital humano, para fazer parte do seletor grupo das cinco economias mais desenvolvidas do mundo, em futuro próximo.

É evidente que tudo começa por um sólido ensino básico, com extinção imediata da perversa “aprovação automática”. Os mestres devem ser remunerados dignamente e periodicamente atualizados. A ênfase deve ser no investimento em recursos humanos e não em máquinas. O que adianta ter um computador em cada escola se, em muitas delas não há energia elétrica. Como ensinar aos instruendos assuntos para os quais os professores não foram preparados previamente?

O ensino médio, de responsabilidade das administrações estaduais, deve ter uma orientação e supervisão cerrada por parte do MEC, com seus quadros devidamente expurgados das perniciosas indicações político-partidárias, com o restabelecimento do sistema de mérito, conduzido por especialistas concursados, de reconhecido mérito.

Os frequentes fracassos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), havidos na gestão Haddad, são inaceitáveis. Não faltaram recursos, nem tempo, nem advertências, nem experiências mal sucedidas. Faltou competência, trabalho e, principalmente, vergonha na cara. Caso o ministro Haddad tivesse sido demitido, após o primeiro fracasso, isto não teria ia mais acontecendo. E ele acabou ganhando como prêmio a prefeitura de São Paulo. Coitados dos paulistanos!

Existem várias ações a serem empreendidas, pois os indicadores da área são dramáticos (PISA, taxa de evasão escolar, índices de repetência, IDH-Educação, 10% de analfabetos, cerca de 50% de analfabetos funcionais etc.). Recursos não faltam. Eles são mal aplicados.

Não há dúvida que o ensino público superior também deve ser fortalecido, pois as instituições públicas no ensino superior são as mais bem avaliadas. Porém, continuam sem comando, com os professores ganhando pouco, com suas instalações abandonadas e uma excessiva politização partidária de alguns de seus integrantes, o que provoca um estado de greve permanente. Por que não investir na Universidade Pública e aumentar seu número de vagas? Para não concorrer com as instituições privadas de ensino superior?

Com educação não se brinca! Nenhum país do mundo desenvolveu-se plenamente, sem ter havido antes uma verdadeira “revolução educacional” no sistema. E é vital haver uma gestão competente dos recursos existentes, para evitar desvios ou má aplicação, ilícitos que devem ser considerados de elevada gravidade a serem severamente punidos.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Página eletrônica: www.basilsoberano.com.br

4. Monitor Mercantil - Parte 2

EM BUSCA DA SOLUÇÃO

Artigo publicado em 05/10/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra, Professor, Assessor especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Analisando a conjuntura brasileira, identificamos o Poder Executivo, utilizando a mídia amestrada, docemente corrompida, com "musos e musas" do entreguismo, com o poder de censurar e vetar até qualquer referência a quem desagrade aos "donos do mundo", seus patrões, fazendo o que querem. E ainda possuem a desfaçatez de pregar contra a censura, em favor da liberdade de expressão, quando são os primeiros a exercer seu arbítrio, censurando os que pensam diferentemente. O Poder Legislativo, inteiramente submisso, mendigando cargos e verbas, com honrosas exceções.

Até o Poder Judiciário, considerado antigamente como última esperança, dobra-se, decidindo contra os interesses nacionais, como foi o caso da votação da Raposa/Serra do Sol, por 10 votos a 1, rasgando a Constituição, abrindo o caminho para a "balcanização" do Brasil. Qualquer administração federal, como foi a do Lula a agora a do Temer, é a grande e verdadeira responsável pela grave crise sistêmica enfrentada pela Nação, pois possui poderes ditatoriais.

A propósito do anúncio de que a Economia brasileira está em plena recuperação, em um país como o nosso, em que a carga tributária chega a 36 % do Produto Interno Bruto (PIB), sem a contrapartida adequada, sob a forma de prestação de serviços de atendimento às necessidades coletivas (saúde, educação, segurança, energia, transportes, comunicações e outras), fica a ideia de que a única solução é a desobediência civil. Nem os aposentados conseguem o reajuste de seus parques rendimentos em condições proporcionais às contribuições impostas por décadas. No Rio de Janeiro apenas os "marajás" recebem em dia. A plebe fica sem receber e não há solução. Danem-se. A desculpa como sempre é justamente a inexistência de recursos.

A falta de escrúpulos na maior parte das administrações em seus três níveis (União, Estados e Municípios), bem como nos três Poderes, é constatada a cada dia, explicitada por incidentes quase diários. Já existem catalogados mais de cem escândalos de porte apenas na anterior e na atual administração federal. De fato, continuam a roubar muito. É praticamente impossível encontrar um político que apresente uma declaração de bens na entrada na “carreira” política com um patrimônio superior ao verificado na saída. As poucas exceções confirmam a regra.

Comprova-se a deterioração progressiva de praticamente todas as Instituições Nacionais de sadias tradições. Até a destruição da coesão social está sendo implementada, com a importação de práticas exóticas praticadas em outros países, com condições inteiramente diferenciadas das nossas, inclusive algumas delas já abandonadas. Chegam a criar “quistos territoriais”, baseados em critérios altamente suspeitos. Predomina a anarquia e a desordem em todo o território nacional, em especial no campo. O critério do mérito é substituído pela indicação política. A ignorância é glorificada e a educação ridicularizada. Até a pedofilia e a zoofilia são incentivadas em atividades ditas de arte com patrocínio da Lei Rouanet.

Agora, querem acabar até com o tradicional processo seletivo para o ingresso no 3º grau. O MEC pretende sua substituição por outros mecanismos obscuros. Parece que a meta é facilitar o ingresso de “analfabetos funcionais”, aprovados por lei, no ensino básico. Teremos então instituído oficialmente os graduados em nível superior, também possivelmente aprovados obrigatoriamente, sem a menor condição de exercer a profissão desejada. Serão os “analfabetos funcionais”, agora com o título de doutor. Como pensar em reverter a grave crise econômica que assola o mundo e nosso país, sem contar com o indispensável capital humano de qualidade?

Fica a sugestão para os partidos ditos probos, para os candidatos a 2018 também, e para as centrais sindicais que, ao invés de defenderem os verdadeiros interesses dos trabalhadores, entram em conchavos vergonhosos. Que lutem, enquanto é tempo, por bandeiras justas, em benefício do povo. Se não o fizerem, estarão jogando-o no caminho da desobediência civil, como a praticada atualmente por milhões de pessoas, que não pagam conta de luz, pois possuem “gatos” (ligações clandestinas), sem nenhuma consequência. E a saída é o aumento da conta de energia.

A autoridade governamental que quiser verificar é só conferir, por exemplo, no Rio de Janeiro, comparando a escuridão nos bairros de classe média, em comparação com outros logradouros, fartamente iluminados, inclusive com o uso de aparelhos de ar condicionado. Ou então observar os milhares de ambulantes que vendem de

tudo, sem pagar qualquer tributo, impedindo o livre trânsito das pessoas, em frente dos comerciantes legalmente estabelecidos, em qualquer cidade grande. Ou nas centenas de "vans" que praticam irregularmente o transporte coletivo, estacionando em local proibido, engarrafando o já caótico trânsito das grandes cidades. Ou na ação dos narcotraficantes ou milicianos que exercem de fato o controle de vastas regiões, criando verdadeiras "áreas liberadas", ocupando o espaço vazio deixado pelo Poder Público. E as ações de repressão são cosméticas, sem atingir o âmago do problema.

É hora de um basta a esta anomia! Lembramos que a teoria da anomia de Merton explica porque os membros das classes menos favorecidas cometem a maioria das infrações penais e crimes de motivação política (terrorismos, saques, ocupações) que decorrem de uma conduta de rebeliões e explica comportamentos como os do alcoolismo e toxicodependência.

CAOS NO CAOS DO RIO DE JANEIRO

Artigo publicado em 08/09/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra, Professor, Assessor especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

A situação no Estado do Rio de Janeiro, em especial no município do Rio, ultrapassou todo e qualquer limite imaginável.

A administração estadual está acéfala, sem condições de prover o atendimento das necessidades coletivas da população, em especial nas áreas de saúde, segurança e educação. Sequer consegue pagar em dia seus servidores. Persiste a imoral realidade de pagamento de castas privilegiadas (Judiciário, Legislativo e setores preferenciais do Executivo), mesmo com valores elevados, deixando de honrar seus compromissos com mais de cem mil servidores, sem data prevista de pagamento. Pagam como esmola um valor de até R\$ 2.052,00, relativos ao mês de agosto para funcionários da base da pirâmide. Quanto ao décimo terceiro, nem pensar.

Esta tragédia persiste há vários meses e a expectativa de solução é um acordo com a União, altamente prejudicial aos interesses do povo fluminense. Milhares de servidores estão nas mãos de bancos e de agiotas, pagando juros extorsivos, contando com estes recursos para pagar suas dívidas e vai ter que esperar um ano para receber o que deveria ter recebido. Os bancos ignoram solenemente a dramática situação dos servidores públicos, cobrando sem piedade juros, correção e multas de contas em atraso, até do IPVA, enquanto até a Febrapan recomenda alívio aos devedores vítimas dos desastres naturais nos EUA. Mas isto nem é cogitado. Não há como deixar de recordar a propaganda eleitoral das últimas eleições, com Lula, Dilma, Cabral, Pezão e Paes apoiando uns aos outros, em perversa união e prometendo o paraíso aos ingênuos eleitores.

Como tentativa de solução para a insegurança existente, conseguem a vinda de forças federais para o Estado, porém sem a devida observância das exigências legais necessárias. Na realidade, as tropas federais não possuem condições de atuar como deveriam na verdadeira situação de guerra híbrida existente. O promotor João Rodrigues Arruda, do Ministério Público Militar já esclareceu que somente com

uma intervenção federal ou uma decretação de emergência é que as FFAA poderiam atuar. Inclusive, alertou ainda que sem isto, “o presidente pode incorrer em crime de responsabilidade ao manter a Força Nacional no Rio”. Afinal, a chamada Força “não existe, juridicamente”. E “a Polícia Militar é força de reserva e auxiliar das Forças Armadas” e não o contrário. Para agravar, falta verba para as FFAA. Caso não haja sucesso, o governador atribuirá a responsabilidade pelo caos à administração federal?

O contribuinte sofre no Brasil inteiro, mas no município do Rio de Janeiro pena ao triplo. Paga tributos bastante elevados e é castigado duramente nos níveis federal, estadual e municipal. Estamos praticamente abandonados pela União. Discursos são pronunciados, intenções explicitadas, mas ações concretas, não. E a mídia amestrada e os “defensores dos direitos dos mansos” apontam como solução a descriminalização do uso de drogas e a proibição da posse e porte de armas dos cidadãos honestos do país. E o crime organizado vai avançando. O alcaide nada faz de produtivo, permitindo a atividade ilegal de ambulantes, com sérios prejuízos ao comércio legal, com milhares de lojas fechando, gerando o aumento do desemprego. Mas quer aumentar o IPTU em média em 50%. Há a emigração em massa de famílias para outras regiões.

Algumas vítimas, penalizadas pelos marginais, através de assaltos, roubos, sequestros, estupros e outras atrocidades, pensam em recorrer à Justiça contra o Estado. O estranho é que a Justiça não esteja acolhendo estas ações, como deveria. A Constituição é clara. O Estado possui o dever de garantir a nossa segurança. Para isto o contribuinte paga tributos e existem as polícias civil e militar. Ainda mais em se tratando do Estado do Rio de Janeiro, onde a administração acha que pode acabar com a violência desarmando o contribuinte honesto, digno e de bons costumes. Atualmente, é proibido conceder porte de arma ao cidadão comum. Apenas os policiais, por enquanto, e os bandidos podem portar armas. A ordem é render-se, não reagir e ficar a mercê da vontade do marginal.

A situação na segurança pública continua a agravar-se. Os assaltos a residências, as "saidinhas", os massacres feitos pelos traficantes sucedem-se e nada é resolvido. Já morreram assassinados, no corrente ano, mais de cem policiais militares. Hotéis tradicionais e pontos turísticos são atacados. Deste governo, nada se pode esperar. O recente episódio da guerra na Rocinha é um dantesco aviso do que poderá ocorrer em larga escala no município e no estado. O cidadão comum está desprotegido.

Fica o registro da imagem do Rio de Janeiro existente no Brasil e no mundo. E nós, que por ora aqui residimos, somos obrigados a conviver com este festival de incompetência e trapalhadas, enquanto não conseguimos voltar a ter uma

administração capaz de restabelecer a lei e a ordem no Estado e no Município. Para isto, basta ter vontade política e buscar a ação em sintonia fina de todos os órgãos envolvidos no assunto, do Judiciário ao Policial, passando pelo Ministério Público, sistema penal e outros. Urge reverter esta triste situação, enquanto é tempo! Basta apenas deixar trabalhar quem conhece o ramo e não atrapalhar.

AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE E AUTORIDADE

Artigo publicado em 14/09/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra, Professor, Assessor especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Titular da Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Diante do dantesco cenário vivenciado pelo sofrido povo brasileiro, com a sucessão de escândalos, quase diários, anunciados por autoridades judiciárias e veiculados pela mídia, algumas constatações são verificadas e dignas de registro.

O saque desenfreado efetuado contra as principais estatais brasileiras, com destaque para a Petrobras e operações obscuras efetuadas através do BNDES, ocasionaram prejuízos incalculáveis para o país, talvez alcançando cifras superiores a um trilhão de reais. Não existe justificativa para o ocorrido. Nenhum cidadão, medianamente informado, pode ser capaz de defender os abusos cometidos. Estamos falando de fantásticos recursos, desviados para um projeto de poder, deixando de ser aplicados no atendimento das necessidades coletivas da população. Bilhões de reais foram destinados através de financiamentos, que dificilmente serão honrados, para beneficiar aliados ideológicos na tentativa de criar uma Ursal (União das Repúblicas Socialistas da América Latina) no Continente. Não contentes, ainda agraciaram alguns companheiros africanos para benefício de poderosas empreiteiras, generosas contribuintes de recursos não contabilizados e de campanhas eleitorais.

E o descalabro continua. Há uma verdadeira disputa feita por quadrilhas organizadas por partes do butim. A descoberta de mais de cinquenta e um milhões de reais em um apartamento emprestado por um empresário a amigos políticos merece uma profunda reflexão. Quantos outros esconderijos do tipo ainda existem, além das contas secretas em paraísos fiscais? A Procuradoria Geral da República (PGR) apresenta denúncia contra os principais integrantes dos principais partidos. Além de o presidente Michel Temer, entraram na lista, até agora, os ex-presidentes Lula e Dilma, além de lideranças expressivas do PT. O PSDB também foi representado por ex-candidatos à Presidência da República, em especial.

Agora foi a vez da cúpula do PMDB no Senado. É propagado que virá a seguir o pessoal da Câmara Federal. Isto até o final do mandato do atual procurador Rodrigo

Janot. Quem escapa, caso seja submetido a uma investigação rigorosa? Quantos prefeitos, governadores e dirigentes sairão incólumes? Lembremo-nos daquelas gravações feitas por um delator no DF, envolvendo o ex-governador Arruda. Quantos executivos passariam sem mácula por teste semelhante?

E o agravante consiste nas consequências. A Polícia Federal investiga e fornece os elementos, a Procuradoria oferece denúncia ao Judiciário e aí? A primeira instância é composta de juízes concursados e cumpre, em geral, seu dever. Porém, quando os processos vão para a segunda instância começa o problema, agravado pela ida ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal), pois suas respectivas composições são influenciadas pela existência de terços e quintos, além de indicações políticas. A prática demonstra que muitos réus obtêm a liberdade com facilidade ou conseguem prisão domiciliar ou benesses semelhantes. Em resumo, saqueiam os cofres públicos, acumulam fortunas de bilhões e acabam usufruindo em suas luxuosas residências do fruto de seus ilícitos penais. O efeito demonstração é altamente danoso para o cidadão. Ele pode chegar à conclusão de que o crime compensa.

O eleitor assiste perplexo às tratativas desenvolvidas pelos detentores do poder político. Pretendem ser financiados com recursos públicos vultosos em suas campanhas eleitorais, a fim de serem eleitos e gozarem benefícios inimagináveis pelos cidadãos menos informados. São emendas parlamentares para seus redutos eleitorais, dezenas de assessores, nomeação de correligionários para cargos relevantes da administração pública etc. Por outro lado, no serviço público existem castas privilegiadas que chegam a receber quinhentos mil reais mensalmente, de modo legal, graças a artifícios bem criativos. Não existe sistema econômico capaz de sustentar esta série de custos, enfatizando-se ainda a ocorrência de fraudes, descaminhos, isenções tributárias, previdenciárias, perdão e não cobrança de dívidas e outros benefícios.

Não há legitimidade e inexistente autoridade capaz de impor à sociedade brasileira uma conta deste porte, por intermédio de reformas altamente injustas e cruéis, a exemplo da reforma trabalhista e previdenciária, na atual conjuntura, sob pena de em 2018 ser eleita uma administração de oposição, qualquer que seja, alicerçada pela eleição de um Legislativo, com condições de anular tudo isto que foi aprovado agora indevidamente. E a solução? Quem serão os candidatos aptos a serem sufragados? Quem financiará as respectivas candidaturas? O que será do Brasil?

ALGUMAS VULNERABILIDADES BRASILEIRAS

Artigo publicado em 10/08/2017 - Monitor Mercantil

Vamos basear nossa análise em alguns indicadores econômicos, sociais e políticos fornecidos em sua maior parte pelos próprios órgãos da administração federal. Recordemos alguns deles. No acumulado em doze meses, o déficit nominal em junho do ano corrente alcançou R\$607,5 bilhões (9,50% do PIB). O estoque correto da dívida líquida da União (interna mais líquida externa) em maio de 2017 era de R\$ 4.851,1 bilhões (76,50% do PIB). O déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes ficou em torno de US\$ 24 bilhões em 2016. A dívida externa líquida alcançou cerca de US\$ 263 bilhões. Em 2017, segundo previsão orçamentária, a administração federal vai renunciar a R\$ 284,8 bilhões (4,19% do PIB). As empresas devem R\$ 500 bilhões de tributos. A Desvinculação das Receitas da União (DRU) retira da arrecadação da previdência R\$ 91 bilhões em 2016. E a solução vai ser aumentar a alíquota máxima do imposto de renda pessoa física para 35%, sem haver a adequada contrapartida do atendimento das necessidades coletivas (saúde, educação, segurança etc.). O desemprego atinge cerca de quatorze milhões de brasileiros. O PIB permanece estagnado. Bilhões de reais são destinados a emendas de parlamentares em busca da reeleição.

Qualitativamente, podemos diagnosticar a carência brutal em termos de geração de empregos de qualidade, de erradicação da pobreza absoluta, de atenuação dos desequilíbrios regionais e outros. Na expressão psicossocial, a classe média é pauperizada, a saúde apresenta resultados alarmantes, caracterizando um verdadeiro genocídio, o processo educacional não forma nada, nem ninguém. A insegurança aumenta. A reforma trabalhista devolve o trabalhador ao tempo da escravidão. A proposta de reforma da previdência penaliza os trabalhadores e mantém privilégios inaceitáveis de categorias privilegiadas, em especial no Legislativo, no Judiciário e em algumas castas do Executivo. O exemplo do Senado, da Câmara de Deputados e outros não deixam dúvidas sobre o que está ocorrendo no país. Na área política, o Estado Nacional Soberano é paulatinamente destruído, as Forças Armadas são imobilizadas e assistem impotentes à derrocada da Soberania Nacional.

A economia brasileira não suportará muito tempo sem promover os ajustes necessários, como, por exemplo, a diminuição da taxa de juros para níveis civilizados, o da reforma fiscal capaz de diminuir as alíquotas, minimizando a

sonegação e aumentando a arrecadação real e o controle do saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes, com imposição de tarifas alfandegárias protecionistas. As correções terão que ser feitas mais cedo ou mais tarde. O volume de reservas cambiais, em torno de US\$ 381 bilhões não possui qualidade capaz de propiciar-nos segurança, pois diminuirá em pouco tempo, na medida em que os EUA aumentem sua taxa de juros. Estamos dependentes da taxa de juros arbitrada pelo FED e da esperada crise financeira mundial.

Já se volta a falar no Brasil na hipótese de implantar o parlamentarismo, rejeitado duas vezes pelo povo, em votações expressivas. A aprovação da reeleição representou um "golpe branco". Com mais alguns anos de mandato condicionado à vontade externa, depois de tantos anos de entreguismo, pouco sobrá do Brasil que recebemos de nossos antepassados. Talvez nem a Amazônia. Falta à classe política a visão estratégica, de longo prazo.

A corrupção está tão disseminada, que contribui com relevância para ser considerada como um óbice muito difícil de ser superado. Ou a Sociedade brasileira acaba com a corrupção, ou a corrupção acaba com o Brasil. Parodiamos o antigo ditado: Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil. Naquela oportunidade, conseguimos sobreviver e isto significa a vitória sobre o inimigo comum de então. Contudo, agora a batalha é muito mais difícil. Está de tal forma disseminada e, o que é pior, sem haver a indispensável apuração e punição em nosso país, conforme acontece na maioria dos países civilizados do mundo, que é difícil ser combatida.

Outro obstáculo sério é o afrouxamento da moral e da ética. Um exemplo claro reside na séria questão das drogas. Apesar de ser considerado o tráfico de drogas como "crime hediondo", verificamos que, no relativo ao financiamento ao tráfico, na legislação aprovada em seu § 2º: Exclusão do crime: Não há crime se o agente: I - adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo drogas para consumo pessoal; II - semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de drogas para consumo pessoal. E no seu §3º: Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, bem como às circunstâncias sociais e pessoais do agente. E mais, no §4º: Salvo prova em contrário, presume-se a destinação da droga para uso pessoal quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias, conforme definido pela autoridade administrativa de saúde. Vale tudo. E a tendência é piorar.

O Sr. Henry Kissinger, alemão naturalizado americano, em seu livro "Diplomacia", traduzido pelo Sr. Saul Gefter, numa visão prospectiva, apenas considera

estrategicamente como futuras potências: América, China, Europa Unida, Índia e, talvez a Rússia ou Alemanha. Ao Brasil, contempla com uma só citação, condicionando sua importância à necessidade de incorporar-se à ALCA, sob comando dos EUA. Isto foi o planejado por ele, em 1972. E está dando certo.

Cabe a nós, brasileiros, lutar para reverter esta situação e, com base num projeto nacional de desenvolvimento, assegurar ao Brasil o lugar que lhe é devido no concerto das potências mundiais.

ENSINO NÃO É EDUCAÇÃO

Artigo publicado em 03/08/2017 - Monitor Mercantil

Lecionamos no ensino superior durante 32 anos. Trabalhamos em Universidades públicas e privadas, exercendo cargos de coordenação e direção. Aprendemos muito em nosso ofício e continuamos a aprender. O principal fator de Desenvolvimento Econômico de um país reside na educação do povo. E entenda-se Educação em seu conceito mais amplo, abrangendo desde a transmissão de princípios e valores pela família, passando pelo ensino formal, até chegar ao processo de absorção de informações efetivado através de outros canais, como a leitura voluntária, as notícias dos meios de comunicação etc.

Não conhecemos qualquer país pertencente ao seleto grupo dos mais desenvolvidos que tenha atingido tal posição, sem antes ter feito um investimento maciço no ensino. Foi assim nos EUA, no Japão e agora na Índia e na China. E o esforço deve principiar pelo ensino básico, de boa qualidade, de caráter universal, obrigatório. A base é fundamental. E o critério de ingresso e de aprovação deve ser o mérito. A utilização de experiências exóticas importadas de outras culturas e rincões deve ser evitada. Inclusive, algumas já abandonadas por eles, como o sistema de cotas para alunos da etnia negra ou outras. É uma forma de discriminação odiosa e de verdadeira agressão aos supostos "beneficiados". É o início do fim. Depois, virá a "aprovação automática" nas Faculdades, como no primeiro grau. As consequências são conhecidas. Crianças que, após quatro anos na Escola, ainda são analfabetos funcionais. Apenas cotas sociais para estudantes carentes oriundos do ensino público são aceitáveis até que se melhore a sua qualidade.

Vamos formar o que? Não é isto que o Brasil necessita e precisa. É dever de o Estado propiciar ensino gratuito e de excelente qualidade em todos os níveis a todos. O primeiro grau, de responsabilidade municipal, o segundo grau, de âmbito estadual e o terceiro grau, da União, principalmente. Isto não quer dizer que não existam excelentes Universidades estaduais ou excepcionais colégios federais, como o Pedro II e o Militar. A desculpa da inexistência de recursos é ridícula. Há recursos para pagar cerca de R\$ 500 bilhões de juros da dívida interna em 2016. Apenas no primeiro semestre do ano em curso foram pagos cerca de US\$ 20 bilhões de juros, lucros e dividendos ao resto do mundo. O total de investimentos aplicado em saúde e educação pela administração federal não chega a uma parcela

do valor desperdiçado em juros. O resultado foi o de que o segmento financeiro, isolado, foi o mais lucrativo de todos, em 2016, auferindo lucros exorbitantes. É um escândalo! Além da transferência de recursos do setor produtivo para o setor financeiro, a administração governamental ainda os desperdiça, deixando de investir em infraestrutura econômico-social para enriquecer os banqueiros nacionais e internacionais.

É imperioso salientar que, a exemplo dos setores saúde, energia, comunicações e transportes, também na educação, houve, nos últimos 20 anos, seu progressivo esvaziamento, com a queda progressiva de investimentos públicos e o consequente avanço do segmento privado em todos eles. E a deterioração crescente dos serviços prestados, em especial no ensino do 3º grau. Atualmente, a iniciativa privada responde por cerca de 80% dos alunos matriculados no ensino superior. O ensino público está sendo destruído implacavelmente, a cada ano. Os profissionais são mal pagos. As funções de extensão e pesquisa vão sendo abandonadas, por "escassez de recursos". As instalações e equipamentos estão em processo de sucateamento. E a administração federal apresenta como solução o aumento de vagas em instituições privadas de ensino de 3º grau, em troca da isenção de pagamento de contribuições e tributos. Pura demagogia! É mais um subsídio para os empresários particulares de ensino. Por que não investir na Universidade Pública e aumentar seu número de vagas? Para não concorrer com as instituições privadas de ensino superior?

A grande maioria delas apresenta a seguinte situação. Os empresários estão em excelente situação econômica. Enquanto seus alunos não conseguem empregos no "mercado", seus filhos, noras e genros são contratados, em excelentes situações financeiras, com posições de comando, por "coincidência", nas suas faculdades. Passam a dirigir aqueles que foram seus professores ontem. Se pelo menos tivessem competência e valor. Mas galgaram os novos postos por herança, não por mérito. Os alunos pagam valores expressivos. E os profissionais de ensino, professores e outros funcionários, estão sendo demitidos sumariamente, para diminuir custos. Os currículos são alterados para agrupar turmas de cursos diferentes. Seus salários, 13º, reajustes estão atrasados, há meses. Recebem declarações de rendimentos que não foram pagos. Quando pedem à Caixa Econômica o FGTS devido, recebem a notícia de que os valores não são depositados há anos. São obrigados a recorrer à Justiça e demorar anos para receber a importância devida. Comenta-se que os valores recolhidos na fonte para INSS, Receita Federal etc. não são recolhidos. Várias Universidades usam o contrato temporário. E ganham milhões sempre. E a qualidade de ensino desaba. É este o modelo padrão do futuro ensino no país? E nenhuma autoridade faz nada.

As famílias são obrigadas a trabalhar o dia inteiro para sobreviver. Pais e mães não conseguem mais contato físico regular com seus filhos, que são criados pelos avôs, babás ou creches. Muitos são sustentados pelos pais, pois não conseguem emprego. Muitas TVs abertas produzem "lixos culturais". Alguns meios de comunicação empreendem uma verdadeira "lavagem cerebral", inoculando na juventude conceitos e informações falsas, promovendo perversões, anomalias comportamentais e vícios, procurando destruir as Instituições e os princípios e valores legados por nossos antepassados. Com este panorama será difícil reverter a anarquia reinante.

Sabemos o que fazer. É necessário empreender uma verdadeira revolução. O ensino ministrado nos órgãos pertencentes às três Forças Singulares e pelas forças auxiliares é o exemplo a ser seguido. O como fazer é o problema a ser enfrentado pelos especialistas no importante tema, que devem estabelecer as estratégias adequadas, sem ranço ideológico ou sendo reféns do politicamente correto.

ETERNOS MALIGNOS

Artigo publicado em 20/07/2017 - Monitor Mercantil

Economista Marcos Coimbra , Professor, Assessor Especial da Presidência da ADESG, Membro do Conselho Diretor do CEBRES, Acadêmico fundador da

Academia Brasileira de Defesa e Autor do livro Brasil Soberano.

Existem pessoas que pensam vinte e quatro horas por dia em fazer o mal, como tirar dinheiro principalmente da classe média e dos menos favorecidos, tanto na esfera pública como na área privada. São os malignos, criaturas do mal. Nero, Calígula, Herodes. Foram sucedidos pelos novos malignos, mais sutis. No setor público, criam dificuldades para gerar facilidades. Há dezenas de impostos, taxas, contribuições, tarifas e cobranças de toda ordem. Aumentam arbitrariamente as alíquotas. Inventam justificativas pueris para extorquir o cidadão. A prefeitura do Rio de Janeiro, chegou a transferir da Santa Casa para a iniciativa privada a administração dos cemitérios, criou um verdadeiro IPTU dos mortos. Principiou com a cobrança aos proprietários dos jazigos uma taxa de até R\$ 500,00 por ano a título de manutenção, sob pena de perda da propriedade em três anos. Isto é para começar. Depois, o céu é o limite.

Ao mesmo tempo, diminuíram a alíquota do IPTU de supermercados para quase a metade e beneficiam os segmentos financeiro e bancário, que, apesar de usufruírem o maior lucro da história, praticamente nada pagam de imposto de renda em comparação com o assalariado. É a tática “Hood Robin”: tirar dos pobres e remediados para dar aos ricos, ao contrário do lendário aventureiro Robin Hood. A indústria de multas prospera inclusive com a sociedade com empresas privadas.

A cada mudança na legislação ocorre mais um assalto ao contribuinte. Tanto na esfera federal, como na estadual e na municipal. Os governantes estão cada vez mais ricos. Vão ao Exterior como o cidadão comum vai à Niterói. Gastam fortunas em festas suntuosas e segurança para si e para seus parentes. Transmitem o mandato legislativo de pai para filho, de marido para mulher, de avô para neto, ancorados em uma sólida base assistencialista e clientelista, usando a corrupção. O empreguismo é desenfreado. E o pior. Pouco é dado em contrapartida. As estradas estão resumidas a uma sucessão de crateras (vide BR-101), a energia vai entrar em

colapso quando o Brasil voltar a crescer acima de 3 % ao ano. A corrupção campeia em todos os segmentos.

As comunicações foram entregues a corsários alienígenas. A saúde pública está abandonada. A educação pública, refém de cotas, forma analfabetos funcionais. A segurança pública desapareceu. A previdência pública está sendo deliberadamente quebrada, para propiciar o crescimento da previdência privada. Os fundos de pensão estão sendo saqueados. O país cresce como rabo de cavalo. Para baixo. Enquanto isto, países pertencentes aos BRICS, em especial China, e Índia crescem. Mas lá os corruptos são exterminados com um tiro na nuca e a família ainda paga a bala.

Na esfera privada, progressivamente toda a atividade produtiva vai sendo comprada pelo segmento financeiro. De fato, o segmento especulativo no Brasil agora usa empresas comerciais e industriais para captar clientes cativos e lucrar, de fato, no giro do dinheiro. É por esta razão que, atualmente, apesar da recente mudança de legislação ainda é muito difícil comprar à vista em qualquer loja. O desconto oferecido não compensa, quando é comparado com a possibilidade de pagamento no cartão de crédito, em várias parcelas, “sem juros”. É óbvio que o valor dos juros já está embutido no preço estipulado da mercadoria oferecida. Vejam as ofertas das principais lojas de varejo no Brasil. Aceitam o pagamento em 12 vezes, com início até dois meses depois da compra, sempre anunciando, com raras exceções, que o valor é o mesmo tanto para o pagamento à vista como em “suaves” prestações. Não pode ser. Outro exemplo é o empréstimo com consignação em folha para aposentados e pensionistas, com risco zero para os Bancos, que chegam a cobrar até 5% ao mês. É uma das maiores crueldades perpetradas contra os menos favorecidos, os quais estão se endividando brutalmente, estimulados por irresponsáveis meios de comunicação, sem controle das autoridades econômicas.

Mais um exemplo é a chamado Bolsa Família, que agrupou vários benefícios de caráter assistencialista, com finalidade nitidamente eleitoreira. É inclusive um obstáculo à mobilidade social, pois se o beneficiário conseguir algum rendimento adicional legal, pode perder a doação, abrindo caminho para uma grande quantidade de desvios e descaminhos, favorecendo a economia informal. É criada a cultura do “coitadinho”, onde não é necessário esforço para conseguir o sucesso. Não precisa estudar, nem trabalhar, pois o Grande Pai proverá tudo aquilo necessário. Surgem as quotas e bolsas. Se não possui casa própria é só invadir que lhe será dada. Só que a fonte fornecedora dos recursos está secando, pois cada vez mais existe menos renda na população pagadora de impostos e mais “benefícios” criados pelos malignos.

É difícil combater os malignos, pois seu poder é incomensurável. Controlam os meios de comunicação, elegem representantes no Poder Executivo e no Legislativo. Influenciam até o Judiciário, nomeando “adeptos”. O povo brasileiro merece respeito e dignidade. É chegada a hora de todas as pessoas de bem unirem-se para que, algum dia, nossa Pátria volte a ser o que já foi em tempos passados. Um Brasil soberano, em ritmo de desenvolvimento, funcionando quase a pleno emprego, com uma classe média pujante e com a contrapartida de serviços coletivos dignos.

5. Momento Mundial

MOMENTO BRASILEIRO

Artigo escrito em 24.10.2001 para o Momento.

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia na Universidade Candido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG

Vamos analisar a atual conjuntura brasileira, em especial a econômica, com base nos indicadores econômicos, sociais e políticos fornecidos em sua maior parte pelos próprios órgãos da administração FHC. Recordemos alguns deles. O déficit nominal alcança mais de 6 % do Produto Interno Bruto (PIB). O déficit do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes ficará em torno de US\$ 25 bilhões. O desemprego atinge mais de doze milhões de brasileiros. O PIB permanece estagnado. A dívida externa chega a US\$ 210 bilhões, depois da "maquilagem" feita e a dívida interna ultrapassa R\$ 640 bilhões. O país pagou nos últimos doze meses em torno de R\$ 140 bilhões de juros da dívida interna. Só de amortizações da dívida externa o Brasil terá de pagar US\$ 30 bilhões no decorrer do corrente ano. E, em 2002, segundo o Banco Central (BACEN), as necessidades para fechar nossas contas externas serão de US\$ 50 bilhões, enquanto que empresas de consultoria estrangeira estimam as mesmas necessidades em US\$ 80 bilhões. A taxa de juros SELIC permanece nos indecentes 19%. O sistema financeiro obteve, no primeiro semestre, no Brasil, lucros fantásticos, praticamente sem pagar imposto de renda. A inadimplência aumenta a cada mês. A inflação oficial ultrapassa a meta fixada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A Argentina prossegue em sua agonia, atingindo o pior resultado, em sua história econômica, no tocante à classificação de risco para investidores estrangeiros. Nosso modelo econômico, excessivamente dependente, expõe sua vulnerabilidade por inteiro, obtendo resultados parecidos.

A nível qualitativo, diagnostica-se a carência brutal em termos de geração de empregos de qualidade, de erradicação da pobreza absoluta, de atenuação dos desequilíbrios regionais e outros. Na expressão psicossocial, pauperiza-se a classe média, em processo de desaparecimento. A saúde pública apresenta resultados alarmantes, caracterizando um verdadeiro genocídio. A administração FHC só investe nela cerca de R\$ 20 bilhões por ano. O processo

educacional público não forma nada, nem ninguém, e o investimento nele não ultrapassa o limite de R\$ 10 bilhões anuais. A greve dos docentes persiste. Até vestibulares são adiados pela Justiça. A insegurança aumenta. Só agora as autoridades descobrem a necessidade de haver um SINAMOB (Sistema Nacional de Mobilização) funcionando. O atual ministro da Justiça é premiado com o cargo de embaixador em Portugal, por sua amizade à família presidencial. E o indicado traz em suas folhas corridas diversos assaltos, dentre eles o do trem da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e o do carro de valores da Massey Ferguson. A reforma da previdência devolve o trabalhador ao tempo da escravidão. Existem funcionários públicos que estão há sete anos sem reajuste salarial, tendo seu poder de compra reduzido para 74%. A corrupção atinge níveis alarmantes. O exemplo do Senado, da Câmara de Deputados, do Estado do Espírito Santo, do município de São Paulo e outros não deixam dúvidas sobre o que está ocorrendo no país.

Na expressão política, o sistema financeiro internacional continua a eleger e derrubar presidentes e outros menos votados. O Congresso demonstra, com os últimos episódios, o grau de corrupção acentuada e sua tibieza. Deputados mudam de partido em troca de benesses diretas e indiretas. Os eleitos são perfeitos representantes do nosso Legislativo. O Estado Nacional Soberano é paulatinamente destruído. O acordo de Alcântara, com parecer contrário do relator da Comissão de Defesa do Estado e de Relações Exteriores, e diante da possibilidade de rejeição pela citada Comissão, por manobra do presidente da Câmara de Deputados, foi colocado em compasso de espera, mas, em paralelo, encaminhado à Comissão de Ciência e Tecnologia, onde poderia ser aceito, contrariando a vontade nacional e caracterizando mais um crime de lesa pátria. Diante do clamor nacional, volta à Comissão original, com votação prevista para dia 24 de outubro.

Já se volta a falar no Brasil na hipótese de implantar o parlamentarismo, já rejeitado duas vezes pelo povo, em votações expressivas. A aprovação da reeleição representou um "golpe branco". A ação empreendida pelo sistema financeiro internacional dominando os meios de comunicação de massa, o controle do Legislativo e do Judiciário (em fase de conclusão) pelo Executivo e a cumplicidade da oposição, em parte já cooptada, pode provocar a continuidade, com a vitória da "oposição" de francaria. Com mais quatro anos de mandato condicionado à vontade externa, depois de oito anos de entreguismo, pouco sobrarão do Brasil que recebemos de nossos antepassados. Talvez nem a Amazônia. Falta à elite a visão estratégica, de longo prazo.

As Forças Armadas são imobilizadas e assistem impotentes à derrocada da Soberania Nacional. O ministro da Defesa do Brasil, Sr. Geraldo Quintão,

realizou uma significativa visita ao secretário de Defesa dos EUA, Sr. William Cohen. A assessoria do Sr. Quintão informou: "Nunca na história Brasil e Estados Unidos tiveram relações tão densas em vários campos de entendimento, reforçadas pela facilidade de diálogo entre os presidentes Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso. É natural, portanto, que o estreitamento seja também estendido ao campo da defesa". No dia 02 de junho de 2000, a administração brasileira acabou aceitando a assinatura do Protocolo 505, um acordo pelo qual os EUA se comprometem a doar-nos material bélico sucateado, tendo como contrapartida a abertura de nossos quartéis para inspeções regulares (por solicitação de militares nacionalistas, conseguiu-se o favor de que as inspeções sejam feitas em datas pré-agendadas com as Forças Singulares brasileiras). Revive o famigerado Acordo Militar Brasil-EUA.

Representa o retorno à situação anterior vivenciada pelo Brasil, antes do Governo Geisel, quando este promoveu o rompimento do então vigente acordo militar Brasil-EUA. Além disto, logo depois da visita, em passado recente, do mesmo Sr. Cohen ao país, foi criado o ministério da Defesa no país, comandado ainda por um civil, por imposição dos EUA, com a extinção do EMFA e dos ministérios militares, reduzidos agora a Comandos. Também foi implementada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente subordinada à Presidência da República, pois os americanos exigem a intervenção direta do presidente da República, no relativo ao combate às drogas, bem como a campanha de desarmamento radical da população digna e de bons costumes.

Outros 86 países já são signatários do Protocolo 505, sendo o Brasil a 87ª nação. Falta ainda a aprovação do Congresso, porém como o atual Legislativo está sob controle total do Executivo, não é difícil prever que será aprovado. É óbvio que se cria assim um incentivo à indústria bélica dos EUA, pois o material doado será reparado, de tempos em tempos, criando assim um mercado cativo para os irmãos do Norte. Ainda fazem parte da pauta de reuniões, além de operações de paz, o combate a crimes transnacionais e cibernéticos e a formação de quadros civis para compor a estrutura militar brasileira. Agora entendemos melhor as razões da campanha pela anulação da Escola Superior de Guerra (ESG). Os futuros quadros civis brasileiros deverão ser formados sob orientação do "National Defense University".

O percentual de gastos com defesa em relação ao PIB cai para 1,6%, sendo que 1,2% para atender a despesas de pessoal. Sobra apenas 0,4% para cobrir custos de adestramento e aprestamento. E a mídia amestrada silencia. Denunciavam que, na época do regime dito militar, o Brasil era colônia dos EUA. Agora, quando os neoesquerdistas estão no poder, nunca houve uma influência tão impositiva dos EUA sobre o Brasil como no momento. Acabaram até com a

indústria bélica nacional. A ENGESA, a IMBEL e a AVIBRÁS que chegaram a concorrer e ganhar, em concorrências internacionais, dos mais tradicionais fornecedores de armamentos foram imobilizadas. A EMBRAER, em parte, já pertence ao grupo DASSAULT.

A economia brasileira não suportará muito tempo sem promover os ajustes necessários, como, por exemplo, a diminuição da taxa de juros, a reforma fiscal capaz de diminuir as alíquotas, minimizando a sonegação e aumentando a arrecadação e o controle do saldo do Balanço de Pagamentos em Transações Correntes (imposição de tarifas alfandegárias protecionistas e redução dos tributos que oneram as exportações). As correções terão que ser feitas mais cedo ou mais tarde. O volume de reservas cambiais, cerca de US\$ 40 bilhões em seu conceito líquido, não possui qualidade capaz de propiciar-nos segurança, pois diminuirá para US\$ 20 bilhões, em pouco tempo. Estamos dependentes das variações experimentadas pelas economias das nações centrais, em especial da norte-americana. Tudo passa a ser função da taxa de juros arbitrada pelo FED ou da crise que atinge a Bolsa de Valores dos EUA ou da esperada crise financeira mundial, agravada pelo atentado terrorista de 11 de setembro e pela retaliação prevista dos EUA.

Este é o triste diagnóstico do atual momento brasileiro. E as perspectivas não são animadoras. Os principais candidatos apresentados à presidência da República representam a continuidade do modelo de dependência. Haverá um candidato ostensivo do sistema (Serra, Tasso, Alckmin), um fingindo ser de oposição (Ciro), outro também ligado ao sistema (Garotinho) e um potencial De La Rúa (Lula). A pré-candidata Roseana não deverá emplacar. Seus índices de intenção de votos não refletem a realidade. Sobram o governador Itamar e o Dr. Enéas, como sempre perseguidos pela mídia amestrada, que procura desqualificá-los.

Na prática, torna-se evidente a imperiosa necessidade de que, na ocasião de eleição, todos os postulantes à presidência da República apresentem seus respectivos planos, com transparência, para que o eleitorado não seja mais uma vez enganado, como nas últimas campanhas, quando, em momento algum, o atual presidente revelou sua intenção em "entregar" as riquezas do país, a começar pela "doação" da Vale do Rio Doce.

Apresentamos, a seguir, como sugestão, uma síntese de variáveis-metas e respectivas variáveis-instrumentais passíveis de serem adotadas:

A - Buscar o pleno emprego dos fatores de produção. A1 - incrementar as atividades do "agronegócio" e do setor terciário, investindo maciçamente em ciência e

tecnologia, educação básica e profissionalizante e acoplar o setor secundário ao setor primário, para agregar mais valor aos bens produzidos; A2 - procurar uma industrialização mais avançada, fortalecendo o mercado interno, empregando tecnologia industrial avançada e perseguindo autonomia energética nacional, assegurando a inclusão independente do país no comércio exterior, via adoção de tecnologia de ponta e exportação de manufaturados, com atendimento pela produção interna da demanda interna; A3 - gerar mais empregos, utilizando o BNDES como principal agente da política planejada; A4 - diminuir a taxa de juros.

B - Recuperar a capacidade nacional de investimento, aumentando a formação bruta de capital fixo em 10%, de modo a fazer o PIB crescer em 7% ao ano. B1 - aplicar política fiscal, de modo a aumentar a arrecadação, com diminuição das alíquotas tributárias, de forma a aumentar o universo tributário, diminuindo os gastos com serviços da dívida; B2 - empregar as reservas financeiras das empresas (4% do PIB); B3 - tornar o setor público superavitário em 6% do PIB; B4 - pugnar pelo reingresso dos recursos adicionais emigrados para o exterior.

C - Garantir a inserção soberana do Brasil na economia internacional, por intermédio de adoção de políticas cambial, de comércio exterior e de administração da dívida externa adequadas. C1 - assegurar a expressividade da taxa de câmbio e supervisionar administrativamente o orçamento cambial; C2 - fixar o nível de proteção aduaneira à produção interna e a renegociar a dívida externa; C3 - romper o acordo com o FMI.

D - Proceder a uma reforma tributária, capaz de :

D1 - garantir a participação justa de todos os entes federativos na repartição; D2 - procurar o equilíbrio federativo,

É preciso lutar para resgatar a parcela perdida do Brasil e impedir sua perda total!

Correio eletrônico : mcoimbra@antares.com.br

Site : www.brasilsoberano.com.br

A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL

Artigo publicado no Momento em 28.11.2001

Prof. Marcos Coimbra

Professor Titular de Economia na UNiversidade Candido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG

A Amazônia corre sério risco. O Plano Colômbia está em plena execução. Com o pretexto de combate ao narcotráfico, os americanos já estão na parte colombiana da floresta amazônica. Não é de hoje que a rica região amazônica brasileira é alvo da cobiça internacional. A estratégia atualmente adotada pelos "donos do mundo" para conquistar a Amazônia não é pelo confronto direto e sim por via indireta, como, por exemplo, através da demarcação de terras indígenas.

Na realidade, já existem precedentes bem conhecidos por todos nós, brasileiros. Em 1850, os EUA já pregavam a ocupação internacional da região. Em 1930, o Japão defendeu a tese de abrigar naquela área excedentes populacionais. Em 1949, a UNESCO sugeriu a criação do Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, com funções executivas. Em 1960, o Instituto Hudson defendeu a tese da criação de sete lagos na região. Em 1992, a chamada ECO-92 (Conferência Internacional), realizada no Rio de Janeiro, avançou o processo. A seguir, constatamos a realização, em maio de 1993, de manobras das Forças Armadas dos EUA, a menos de 100 km de nosso território, sob a desculpa de combate ao narcotráfico, ao mesmo tempo em que construíram gigantesca base aérea no Paraguai e adestraram uma divisão especial para combate na selva.

Em novembro de 1993, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Índios, já preparando a criação da chamada "nação yanomami", a ser transformada posteriormente num "estado soberano". É sabido que os EUA concederam 28 ha de terra a cada índio norte-americano, enquanto o governo Collor destinou cerca de 9 milhões de ha a alguns milhares de índios yanomamis, em faixa contínua à concedida pela Venezuela, onde também a mesma tribo conseguiu um terreno equivalente para não mais de 3.000 índios. É muita coincidência. Um índio levaria mais de 70 anos para percorrer, andando, de um extremo a outro, a área demarcada.

O Conselho Mundial das Igrejas, em seu documento "Diretrizes para a Amazônia", prescreve a internacionalização da área. O ex-presidente François Mitterand

declarou que "alguns países deveriam abrir mão de sua soberania em favor dos interesses globais". O ex-presidente Gorbachev afirmou "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais". O ex-vice-presidente dos EUA, Sr. Al Gore, bradou: "a Amazônia é um patrimônio da humanidade e não dos países que a ocupam". E o estrategista da guerra do Vietnã, Sr. Henri Kissinger, enfatiza: "não devemos permitir que surja, ao sul do Equador, mais um tigre asiático". Todos na linha da defesa da extinção do Estado Nacional Soberano brasileiro, da restrição da soberania, da reunião das nações indígenas, do desmonte das Forças Armadas brasileiras, da prevalência das questões ecológicas. Qualquer semelhança não é mera coincidência. E há "brasileiros" que estão de acordo com isto. Por muito menos Joaquim Silvério dos Reis passou à História como traidor da pátria.

Lembram-se das festividades dos 100 anos do Teatro de Manaus, quando uma fortuna foi paga ao tenor Carreras, do filme Anaconda, rodado na região, e na edição de duas séries especiais contra a "destruição da Amazônia", dos seriados Super-Homem e Robocop ? Tudo isto faz parte da gigantesca orquestração dos "senhores do mundo", que financiam regidamente a mídia internacional e nacional para difamar o Brasil, vendendo a idéia de que não temos condições de administrar nosso território. É o emprego da expressão psicossocial.

Na expressão econômica, os organismos internacionais vão até o limite do intolerável em suas pressões. Recentemente , foi quebrado, na prática, o monopólio do petróleo, pelo Dr. David Zylbersztajn, com a licitação de 27 áreas de nove bacias sedimentares brasileiras em junho. A participação das multinacionais no faturamento da indústria passou a 44% e das empresas estrangeiras no segmento das grandes empresas passou para 42%. O crescimento do controle estrangeiro das empresas nacionais cresceu para 35% em 1997. E os alienígenas responderam por 44% do total exportado pela nação em 1997. Das 530 maiores empresas do país, 50% não pagam imposto de renda e das 66 maiores instituições financeiras, 42% também não recolhem, além de 34% dos tributos pagos pelas empresas estarem "sub judice". A cada R\$ 1,00 arrecadado corresponde R\$ 1,00 sonegado. O pagamento de juros nominais atingirá mais de 120 bilhões em 2001.

Na expressão militar, foi criado o Ministério da Defesa. O Comandante do Exército advertiu: novas restrições exigem estudo acurado para que não " atinjam a capacidade operacional das Forças , no cumprimento de suas missões constitucionais".

Na expressão política, procuram validar ações danosas ao Brasil, tornando-as irreversíveis. O presidente FHC proclamou, em discurso pronunciado no dia mundial do meio ambiente, às margens do rio Japurá: "Esta Amazônia é e será cada vez

mais de brasileiros conscientes da importância da Amazônia. Se não houver continuidade das ações a questão ecológica nunca será resolvida no país". E, ao mesmo tempo, enviou ao Congresso a chamada "lei do desarmamento do cidadão". Soa estranho, na atual conjuntura, quando o país não tem nem poder nuclear, nem mais indústria bélica própria, enquanto os EUA aniquilam um país soberano, sem apresentação de provas conclusivas sobre os autores do atentado terrorista. Será que é para facilitar a tomada de nosso território e de nossas riquezas? Afinal, sabemos que numa guerra convencional não temos chance, só restando a guerrilha na selva, pois aos invasores não interessa a destruição das riquezas existentes através de bombardeios. E então será importante a posse de todo tipo de arma, até facas, bastões etc. por aqueles que vão defender nosso patrimônio e nossa soberania

E as últimas máscaras caíram. O senador republicano Paul Coverdell, presidente do subcomitê de relações exteriores do Senado norte-americano para assuntos do hemisfério ocidental, pregou, no dia 25.02.99, em Washington-EUA, a intervenção direta, de maneira unilateral, na América Latina, a pretexto de "proteger" a democracia. O senador afirmou que as ações da OEA (Organização dos Estados Americanos) na região têm sido insuficientes e chegou a afirmar que a América Latina atingiu um estágio em que golpes militares já não são aceitos. De acordo com ele, os EUA "devem ir mais fundo no combate a golpes em câmara lenta, em que um líder eleito livremente esmaga a democracia em seu país". Como exemplo, o senador citou a Venezuela, onde, segundo ele, o presidente Hugo Chávez teria adotado medidas para concentrar o poder em suas mãos, passando por cima de controles constitucionais. As idéias de Coverdell serão difundidas no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um centro de investigação de tendência conservadora.

A História mostra que, ao longo do tempo, os EUA já realizaram diversas intervenções diretas militares, como no Panamá e Granada, mas a maior parte é feita através de ações indiretas, como, recentemente, no Paraguai e no Equador, quando ameaçaram impor sanções econômicas, chegando até a perspectiva de um bloqueio de comércio, a exemplo do ocorrido em Cuba, além de empregar na coação administrações caudatárias, como a do Brasil. No Paraguai, o objetivo explícito era esmagar o general nacionalista Lino Oviedo, próximo de empalmar o poder, pois elegeu, com seu apoio, o candidato vencedor, obrigado a renunciar, depois do assassinato do vice-presidente que a mídia internacional amestrada atribuiu, sem provas, a autoria intelectual ao general. No Equador, chegaram a derrubar, em questão de horas, a junta constituída após a renúncia formal do presidente deposto, depois de "dolarizar" a economia, para mantê-la.

Contam com a cumplicidade, a subserviência, a vassalagem de grande parte das elites dos países periféricos. Por intermédio dos "neoentreguistas", bem como dos velhos entreguistas, dominam a economia, controlam os centros de irradiação de prestígio cultural (meios de comunicação de massa, universidades, teatro, cinema), financiam os seus servos em campanhas a cargos eletivos, de vereador a presidente, elegendo os mais dóceis ao seu comando. Basta o leitor olhar para as administrações de vários países integrantes da América Latina, para constatar a realidade. E, não satisfeitos, chegam ao acinte de empregar seu aparato de inteligência, braço do complexo militar-industrial norte-americano, para, em cooperação com países cúmplices (anglo-saxões), praticar espionagem industrial de seus próprios "aliados", inclusive na Europa, por meio da NSA (Agência Nacional de Segurança), capaz de interceptar as comunicações de qualquer natureza, seja qual for o meio utilizado. É a rede Echelon.

É sabido que um americano médio consome o equivalente a dez vezes aquilo que um brasileiro médio. E querem continuar a usufruir as benesses do avanço do processo civilizatório, sem levar em conta os custos, inclusive ecológicos e ambientais, negando-se até a subscrever o Acordo de Kyoto. Tentam imputa-los aos países emergentes, como o Brasil. O objetivo deles é a manutenção de suas posições hegemônicas, a qualquer custo.

O crime perpetrado contra a humanidade, sob a desculpa da "globalização", em nome do neoliberalismo, onde poucos ganham muito e muitos perdem o pouco possuído, não passará incólume na História. Suas conseqüências danosas continuam a ser flagradas e denunciadas passo a passo, tais como: o esfacelamento de nações outrora prósperas como a Iugoslávia, a destruição implacável de povos e etnias como os palestinos, a imposição do conceito de soberania relativa, quando os EUA, sem autorização expressa da ONU, atacam violentamente outros países. Ontem, a antiga Iugoslávia. Hoje, o Afeganistão. Amanhã, poderá ser qualquer um. Um número cada vez maior de nações e povos ultrapassa os limites da linha de pobreza, devido ao brutal processo de concentração de renda. A riqueza vai sendo transferida progressivamente para os países mais ricos, via comércio internacional, onde os índices de relação de troca penalizam cada vez mais os países menos desenvolvidos. Outro instrumento importante de transferência consiste no pagamento de juros extorsivos, provenientes da formação de dívidas originárias, principalmente, do perverso mecanismo de juros sobre juros, tornando impossível a liquidação do principal. Outro mecanismo empregado reside no pagamento de "royalties", lucros e dividendos, cada vez mais volumosos, fruto da ampliação de investimentos dos "donos do mundo" nas nações periféricas, em especial em setores estratégicos e vitais como comunicações, energia, água.

Parece um retorno ao passado. Na época das grandes navegações, países com pequena extensão territorial e população modesta, como Portugal e Espanha, detentores de tecnologia de ponta, à época, capital e iniciativa, realizaram estes feitos para ocupar regiões ricas em recursos naturais, com vasta extensão territorial, como, por exemplo, as Américas. O filme se repete. Portugal, França e Espanha estão aplicando vastos recursos no setor energia. Os EUA em comunicações. A Vale do Rio Doce comprada pelos "donos do mundo". Possui o direito de lavra de um subsolo possuidor de reservas no valor de trilhões de dólares. A estratégia deles é trocar "papel-pintado" por recursos vitais, que serão escassos no terceiro milênio, como a água.

O Brasil é detentor da maior reserva de água doce do mundo, em sua maior parte na Amazônia. O "ouro branco" será o recurso mais raro e disputado, nos próximos anos. Guerras acontecerão por sua causa. Nos EUA, a Flórida e a Califórnia já estão dessanilizando a água do mar, a custos elevados, por carência de água doce. E eles estão interessados em garantir, para o futuro, a propriedade destes recursos raros. Hoje, o petróleo. Amanhã, a água. Daí a cobiça internacional pela rica região amazônica. Não é só a água. São os recursos minerais, vegetais, a biogenética, a fauna. Não será exagero afirmar que a nação possuidora da Amazônia será a potência do terceiro milênio. Por isto, devemos ocupa-la não só militarmente, como economicamente, para mantê-la no Brasil. Caso não o façamos, de imediato, perderemos, direta ou indiretamente, esta terra de Canaã, herdada de nossos antepassados. Com a cumplicidade de traidores da pátria os "donos do mundo" vão tomando posse da região, a pretextos vários. Demarcação de terras indígenas, sob a orientação de ONGs estrangeiras, compra de territórios, ocupação dissimulada através de "grilagem", criação de reservas ambientais.

É necessário agirmos enquanto é tempo para evitar a perda irreparável.

Correio eletrônico: mcoimbra@antares.com.br

Site: www.brasilsoberano.com.br

POR MARCOS COIMBRA

Então, sem medo e com muita disposição, coragem e ação, vamos cumprir o nosso dever procurando ficar a altura de nossos antepassados, Dum Pedro Teixeira, por exemplo, que nos legou a Amazônia, objetivando legar a nossos descendentes e aqui eu visualizo a figura muito cara para mim, a senhorita Lígia Lorandi Ferreira Carneiro, se não nós seremos acusados por esta e geração, representada por ela aqui e por outros jovens, de no mínimo omissos ou quem sabe de coisa pior, de covardes e essa é uma pecha que eu não quero levar em hipótese alguma, ou ficar a pátria livre, já dizia o hino, ou morrer pelo Brasil. Obrigado senhores.

Livro desenvolvido pelo Núcleo Pronista de Estudos e Planejamentos - NPEP



Referências

SÍTIO DO PROF. MARCOS COIMBRA - <http://www.brasilsoberano.com.br/index.htm>

Núcleo Pronista de Estudos e Planejamentos - NPEP

Link: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100089313427253>

Segredos PRONA & Pronistas

Link: <https://facebook.com/groups/1275150713306143/>

Palestra TERNUMA -

http://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=ggONDWQuj5k

Canal Samuel TSSD - <https://youtube.com/@samueltssd2256>

